

SUMÁRIO

- 2** **ENTREVISTA**
Aécio Neves – Governador de Minas Gerais
- 7** **ALAGOAS**
Gestão Pública de Alagoas inova com programa de modernização
- 10** **AMAZONAS**
Estado do Amazonas avança na gestão de recursos humanos
- 13** **BAHIA**
Bahia tem novas regras para contratação de serviços terceirizados
- 15** **ESPÍRITO SANTO**
No Espírito Santo, gestão do gasto público motiva realização de seminário
- 18** **ARTIGO** - Renata Vilhena
Fazer mais com menos
- 20** **GOIÁS**
Estado economiza mais de 800 milhões com sistema ComprasNet
- 22** **MATO GROSSO**
Transparéncia, economia e controle por meio do Sistema de Aquisições Governamentais
- 28** **MINAS GERAIS**
Qualidade do gasto
- 31** **PARANÁ**
Projeto busca mais agilidade
- 34** **ARTIGO** - Renato de Salles Oliveira
Os velhos desafios da nova gestão pública
- 36** **PERNAMBUCO**
Secretaria de Administração de Pernambuco adota medidas visando a racionalizar os gastos públicos
- 39** **PIAÚI**
Psicologia muda vida de servidores
- 44** **RIO GRANDE DO NORTE**
Rio Grande do Norte lança livro sobre gestão de recursos humanos
- 46** **RIO GRANDE DO SUL**
Gestão documental do Arquivo Público gaúcho é destaque nacional
- 48** **ARTIGO** - Célia Corrêa e Alexandra Reschke
Eficiência do gasto público: a experiência recente do governo federal e seus impactos sobre a gestão patrimonial
- 51** **SANTA CATARINA**
Corte nas despesas e modernização da gestão
- 53** **SÃO PAULO**
Servidor paulista tem alta escolaridade, revela recadastramento
- 59** **TOCANTINS**
Tocantins: gestão patrimonial descentralizada
- 62** **ARTIGO** - Francisco Gaetani
A gestão pública em transformação

EDITORIAL



Intensas discussões sobre Gestão Pública marcaram este ano de 2007, assim como importantes contribuições às diferentes esferas de governo, por parte do Consad. A cada fórum realizado, pudemos constatar o quanto o trabalho deste conselho, formado por secretários estaduais de Administração, pode proporcionar em termos de avanços significativos à gestão pública do país.

Com vários estudos finalizados, novos temas em debate e uma intensa troca de informações, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) se aproxima do final do ano com o saldo muito positivo.

A certeza do dever cumprido e os resultados obtidos só foram possíveis graças à participação de todos os representantes dos estados que compõem o Consad. A burocracia, as dificuldades e as discordâncias não tiveram espaço dentro da entidade, que tem se pautado pelo princípio da ética e da união. A missão de levar adiante sua bandeira na luta em prol da gestão pública tem obtido cada vez mais sucesso.

O respeito mútuo e a consonância entre os membros do Consad fizeram com que os temas desenvolvidos pelos grupos de trabalho obtivessem resultados que irão desonerar os que estão na ponta do processo, ou seja, o cidadão. A lealdade entre os membros do conselho no trato com a coisa pública e no compartilhamento das informações de forma ampla e multilateral tem sido sempre a mola mestra da entidade.

Por isso, a revista do Consad aborda, nesta edição, mais um importante item da pauta que faz parte do rol das preocupações estaduais a serem avaliadas, que é o “Controle de Gastos e Gestão Patrimonial”.

Não sendo diferente do restante do ano, fecharemos 2007 com mais um marco: a realização do LXVIII Fórum do Consad e do XXXII Fórum do Conseplan, em Belo Horizonte (MG), pela primeira vez, juntos, na história dos dois conselhos. Esperamos que o espírito de união, de troca de informações e de luta pela gestão pública permaneça no decorrer do próximo ano para assim atrair e agregar, cada vez mais, novos aliados.

Geraldo de Vito Júnior

Presidente do Consad



Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração

Aécio Neves

Governador de Minas Gerais

Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Aécio Neves da Cunha deu os primeiros passos na política aos 22 anos, quando se tornou secretário particular do avô materno, o presidente da República Tancredo Neves. Em sua primeira eleição, em 1986, recebeu 236 mil votos para deputado federal. Na eleição seguinte, em 1998, os mineiros fizeram dele o deputado federal mais votado do PSDB em todo o país e também o deputado reeleito com maior número de votos em Minas Gerais. Sua experiência parlamentar, em Brasília, soma quatro mandatos consecutivos, totalizando 16 anos de Parlamento. No ano de 2000, Aécio Neves foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e em 2002 venceu a disputa pelo governo de Minas Gerais no primeiro turno das eleições com uma votação expressiva.

Ao assumir o governo de Minas Gerais, o governador encontrou o Estado com a pior equação fiscal do país. Mensalmente, as contas de Minas apresentavam um déficit de R\$ 200 milhões. Foi quando realizou então o hoje conhecido nacionalmente “Choque de Gestão”, enxugando a máquina pública, racionalizando os gastos e equilibrando as finanças estaduais. Nas eleições de 2006 Aécio Neves recebeu 71% dos votos válidos, assegurando sua reeleição no primeiro turno.

Em entrevista à *Governança e Desenvolvimento* o governador de Minas Gerais fala do modelo adotado por ele para sua administração, do crescimento do país, dos projetos em desenvolvimento e da busca de investimentos no exterior.

O crescimento do país é uma das principais metas nacionais. Como o senhor avalia esse cenário? Com foco na gestão, o que acredita que precisa ser feito em prol desse crescimento?

Não tenho dúvida de que a concentração excessiva de recursos e de poder no âmbito do governo central, em detrimento dos demais entes públicos federados, constitui-se, hoje, no maior obstáculo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Também vejo com enorme preocupação o alargamento do peso da máquina federal. Acho que o governo federal, no momento em que tinha um espaço até mesmo para diminuir alguns impostos, aumenta, e de forma incomprimível, alguns custos da máquina, o que será perverso para o futuro do Brasil, sobretudo para os próximos governantes. Grande parte do superávit hoje construído no país se dá graças aos esforços que vários estados fizeram.

Alguma mudança nos impostos já poderia ter sido feita, mas o que me preocupa é que o governo vem avançando, e avançando e muito nos gastos correntes. Sem sombra de dúvida, a ineficiência do modelo de gestão pública ainda instalado no país é que mantém abertos os ralos do desperdício e a gravíssima inversão de prioridades. O Brasil, lamentavelmente, continua gastando muito mais com o aparato governamental do que investindo nas pessoas, na população.

Quando a agenda nacional discute o desafio da retomada do crescimento nacional, é preciso incluir nela esta questão fundamental, sobre como gerimos e investimos os recursos públicos. Ao estudar esse tema, constataremos o óbvio: é preciso rever profundamente as práticas, os métodos e os processos de gestão que hoje produzem excesso de gastos e es- cassez de resultados.

Os estados, e falo de estados governados pelos mais



variados partidos, ao longo dos últimos anos, têm dado grande exemplo de responsabilidade com a adoção de ajustes fortes. Minas é um grande exemplo, saindo de um déficit previsto de R\$ 2,4 bilhões em 2003 para investimentos de R\$ 9 bilhões em 2008, mas outros estados também viveram processos de ajuste semelhantes ao nosso. Em Minas, tem sido o nosso desafio diário fazer o melhor possível com os recursos de que dispomos, e esta é a contribuição mais importante que nosso estado vem dando ao Brasil. Aqui, instalamos um regime de absoluta austeridade em relação aos investimentos públicos e por isso nenhum centavo dos recursos do estado será gasto sem responsabilidade.

Em relação ao seu governo, sabemos que muitos projetos foram inovadores. Entre os trabalhos desenvolvidos, qual o senhor acredita que pode colaborar para o crescimento de outros estados?

Pela qualidade do processo de mudança instalado em Minas, o Brasil tem acompanhado, com enorme atenção, tudo aquilo que vem acontecendo no nosso estado, nos últimos anos. O Choque de Gestão, o alcance do equilíbrio orçamentário e financeiro e a

recuperação progressiva da capacidade de investimentos do Estado criaram um modelo de competência administrativa e financeira. Nossos programas nas áreas da educação, saneamento, saúde e segurança foram incluídos entre os mais criativos e eficazes em curso no país.

A recuperação financeira do estado resgatou a nossa credibilidade junto aos organismos internacionais de fomento, que hoje utilizam modelos criados em Minas como parâmetro para financiamentos a outros estados. Estamos executando um conjunto de obras como há várias décadas não se via em Minas Gerais.

Estamos atenuando os imensos contrastes entre as regiões e as classes sociais com um trabalho que produzirá seus melhores frutos nas próximas décadas. E os resultados estão aí: na educação, Minas Gerais foi pioneira na implantação do ensino fundamental de nove anos. Ainda hoje, o estado é o único a receber crianças de seis anos em todas as escolas estaduais e municipais das 853 cidades mineiras. Ou seja, estamos dobrando o tempo de alfabetização. Reformamos 70% da rede pública, que é formada por 4 mil escolas. A internet agora chega às escolas e fomos também o primeiro

estado a distribuir gratuitamente livros didáticos aos 900 mil alunos do ensino médio matriculados em todas as escolas da rede estadual de ensino. Para eles, lançamos agora o mais inovador ensino profissionalizante do país, em todo o estado.

Nos transportes, 100% das cidades mineiras vão estar ligadas por asfalto, um investimento da ordem de R\$ 2,2 bilhões. Recuperamos 8.500 km de estradas estaduais. Em parceria com as operadoras, estamos garantindo a cobertura dos serviços de telefonia celular e transmissão de dados em 100% dos municípios de Minas Gerais.

Na área de saúde, de 2003 a 2006, o governo estadual investiu R\$ 6,69 bilhões. Reequipamos os hospitais regionais, ampliamos os programas de saúde preventiva e quadruplicamos o volume de remédios gratuitos. O Pro-Hosp é um programa que está transformando a lógica do sistema público de saúde em Minas e hoje já é referência para outros estados. Estamos injetando R\$ 207 milhões em 126 hospitais que atendem pelo SUS em todas as regiões do estado.

Lançamos o Poupança Jovem, também inédito no país. Ele vai beneficiar 50 mil alunos do ensino médio da rede estadual até 2009, que terão uma poupança de R\$ 3 mil para ajudá-los no início de sua carreira profissional. O programa é voltado para adolescentes que moram em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), onde são registrados altos índices de evasão escolar e de violência.

Em relação aos municípios, o que o senhor acha que precisaria ser mudado ou inovado em relação à gestão pública para melhoria da administração?

Adotamos em Minas, desde 2003, um conjunto de medidas muito utilizadas na iniciativa privada para alcançarmos o maior salto no desenvolvimento econômico e social do nosso estado. Introduzimos, no setor público, iniciativas e processos comuns nas empresas, as metas e os resultados. O que nós fizemos em Minas possibilitou o equilíbrio das nossas contas e a retomada dos investimentos em áreas prioritárias do governo, entre elas infra-estrutura, saúde, saneamento básico, segurança pública e educação.

A gestão eficiente, as metas, transparência, eficiência do servidor público e sua participação nos bons resultados do estado é uma prática que se tornou referência de gestão para os nossos 853 municípios e para todo o Brasil.

Temos a certeza de que a boa gestão será disseminada entre os nossos municípios que precisam profissionalizar a sua gestão. Com isso, eles estarão em dia com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos dos municípios, para que não sejam prejudicados em programas estaduais ou federais ou mesmo contrair financiamentos.

E os resultados já são visíveis. Desenvolvemos vários programas em parceria com os municípios. O Minas Avança, por exemplo, que realiza obras de infra-estrutura em parceria com os municípios, já conseguiu executar 54 grandes obras em 43 municípios, com investimento de R\$ 212 milhões e contrapartida de R\$ 26 milhões das prefeituras.



Aécio Neves

Na verdade, estamos preparando as nossas prefeituras para a retomada do pacto federativo tão defendido junto ao governo federal e que prevê o fortalecimento de estados e municípios. Estamos fazendo algo em parceria, transferindo para os municípios a responsabilidade de cuidar, por exemplo, das estradas vicinais, da área rural.

É isso que estamos querendo que ocorra no Brasil: o governo federal permitindo aos estados que cuidem daquilo que eles cuidam melhor que o governo federal. Estamos dando aqui o exemplo: permitindo que os municípios cuidem daquilo que eles cuidam melhor que o estado.

Qual o perfil ideal de um administrador público? E o que o senhor acredita que precisa ser feito para melhorar esse perfil?

Quem tem a responsabilidade de administrar o setor público deve ter a dimensão da qualidade do gasto público. E é isso o que mais tem nos preocupado à frente da administração de Minas Gerais. Desde o início do nosso primeiro mandato, com a reforma administrativa, procuramos reduzir os gastos com a máquina pública, reduzindo o número de secretarias e cargos, sem nos deixar cercar de bons profissionais. Buscamos o estado eficiente, capaz de apresentar resultados e, obviamente, com a profissionalização dos cargos públicos. O nosso estado conta com uma excepcional equipe de colaboradores, coesa e sempre alertas para o que aqui já foi construído.

Esses gestores nos auxiliam, a cada dia, na execução dos instrumentos novos de gestão que têm possibilitado alavancar investimentos que jamais chegaram ao nosso estado. Sem o alargamento da estrutura do poder público, estamos dando exemplo para todo o país, gastando menos com o estado para gastar mais com as pessoas.

Recentemente o senhor esteve em Tel Aviv (Israel) para conhecer novas tecnologias, até mesmo na área de segurança pública. O senhor acredita que outros estados também deveriam buscar mostrar seu potencial para o exterior em busca de investimentos?

Uma das razões principais de nossa visita a Israel foi justamente conhecer um pouco mais profundamente o sistema de segurança que o país utiliza no controle da violência. Tive a oportunidade de conhecer por dentro todo o sistema de monitoramento de Jerusalém, uma cidade particularmente sensível no que diz respeito à segurança pública pelo fato de guardar os lugares considerados sagrados por judeus, cristãos e muçulmanos. O sistema foi especificamente desenvolvido para a cidade de Jerusalém pela empresa H. Mer e é considerado modelo nas áreas de vigilância e monitoramento de vias urbanas. Eles utilizam um complexo de 300 câmeras de vídeo, com sensores que detectam movimentos bruscos e calor. Nós queremos incorporar essas novas tecnologias que Israel já utiliza para combater a criminalidade também em Minas Gerais. Nós temos tido êxito, resultados importantes na redução da criminalidade, mas onde houver novos instrumentos, sobretudo no campo da inteligência e da informação, nós vamos buscá-los. Fizemos o convite e acertamos para o ano que vem uma visita dos executivos da H. Mer a Minas Gerais, para que eles também conheçam o que já temos em funcionamento, como, por exemplo, o programa Fica Vivo de redução de homicídios, pioneiro no Brasil. Com o Fica Vivo estamos abrindo novas oportunidades a jovens que vivem em situação de risco, por meio do desenvolvimento de oficinas de arte, cultura e esportes.

A segurança pública, que é o calcanhar-de-aquiles de vários estados, é também o de Minas



Gerais? Como está essa área no estado?

Minas, ao longo desses quatro anos e meio, investiu R\$ 789 milhões - investimentos apenas - na área de segurança, enquanto a contrapartida do governo federal foi de R\$ 54 milhões nesses cinco anos - alguma coisa em torno de R\$ 10 milhões por ano, um terço de uma penitenciária.

Com os esses investimentos, adquirimos 4.700 novas viaturas para renovar a frota das Polícias Militar, Civil e Corpo de Bombeiros, que hoje conta com 11.700 veículos. Além disso, implantamos o mais inovador sistema de manutenção terceirizada para garantir maior disponibilidade dos carros nas ruas.

Aumentamos em 226% o número de vagas prisionais, chegando a 11.105 novas unidades com a construção de 11 novas penitenciárias e 12 novos presídios. O nosso efetivo policial chegou ao número de 54.726 policiais civis, militares e bombeiros. Em 2010, somente a Polícia Militar tem previsão de atingir 51 mil servidores. Além de melhorar as condições de trabalho dos nossos homens, investimos também na melhoria da qualificação dos servidores de toda a área de segurança, por meio de promoções e cursos.

O resultado desses investimentos estão nos indicadores que, em Minas, já começaram a recuar de forma consistente ao longo dos últimos três anos. E estamos utilizando esses recursos de forma planejada, porque a questão não é apenas do volume de recursos, o que sempre é muito importante. A questão é da qualidade do gasto e é isso que, aqui em Minas, estamos buscando aprimorar cada vez mais.

Os membros do Consad se reúnem periodicamente para discutir assuntos de gestão que dizem respeito a todos os estados, sem levar em conta questões partidárias. Como o senhor vê essa união num momento tão delicado da política partidária?

O exemplo do Consad vem ao encontro do pensamento dessa nova geração de políticos brasileiros que deixam as divergências políticas apenas para os momentos de disputas eleitorais. Minas tem dado um grande exemplo ao Brasil nesse sentido. Há sim o momento da disputa, há o momento do embate. É natural. Mas após as eleições, é hora de trabalhar em harmonia. A política é a arte da convergência. Quando mais somarmos esforços, melhores serão os benefícios para a população. Em Minas, a convergência não se restringe ao mundo político. Toda a sociedade mineira vive um momento importante de parcerias. Acho que as divergências partidárias, fora do momento eleitoral, não trazem nenhum benefício para a população.

O Consad, por meio do Fórum do Conselho realizado a cada três meses, tem trazido o tema Gestão Pública a debate em todas as esferas da sociedade e de governo, inclusive com a preparação do I Fórum Consad de Gestão Pública. O senhor acredita que discutir esse tema, inclusive academicamente, vai colaborar para inseri-lo na pauta nacional?

A gestão eficiente na esfera pública é algo fundamental e inadiável. Toda discussão sobre esse assunto é saudável. Em Minas Gerais, por exemplo, nós só conseguimos os bons resultados que temos atualmente, com investimentos consideráveis em saúde, educação, segurança pública e infra-estrutura, porque conseguimos equilibrar as nossas finanças. Com esse equilíbrio, conseguimos aumentar os nossos investimentos próprios e voltamos a ter acesso aos financiamentos externos, depois de 12 anos. Tudo isso só foi possível porque estabelecemos o controle dos gastos, o planejamento, a fixação de metas e o acompanhamento do cumprimento dessas metas como pré-condições para o início de qualquer novo projeto. Decidimos investir menos na manutenção da máquina para colocar mais recursos no atendimento à população. Tão importante quanto viabilizar os recursos é gastá-los com qualidade, com controle.

Muitos estados têm dado exemplo na gestão pública, mas o debate precisa ser nacional. O governo federal ainda não adotou na sua pauta temas como o planejamento e o controle dos gastos públicos. Vejo isso com preocupação porque esses dois pontos são fundamentais para otimizar a utilização dos recursos e poderão até permitir a redução da carga tributária. Se os governos gastarem melhor os impostos que recolhem poderão, ao longo do tempo, reduzir o que é cobrado da sociedade.



Gestão Pública de Alagoas inova com programa de modernização

Equipe da Secretaria de Estado da Gestão Pública elabora projeto para conferir segurança à folha de pessoal

Ascom/Segesp

O secretário estadual da Gestão Pública, Adriano Soares da Costa, e sua equipe estão realizando um trabalho de vanguarda em Alagoas. A folha de pagamento dos servidores públicos, que apresentou uma série de inconsistências administrativas, tornou-se alvo de ações modernizadoras para correção dos erros resultantes das gestões passadas. Em novembro, durante um café-da-manhã realizado para a imprensa em Maceió, o secretário anunciou que será encaminhado à Assembléia Legislativa um projeto de lei que trata da segurança na folha de pagamento. “Esse projeto de segurança vai vetar a interferência de terceiros no sistema e garantir total segurança aos servidores e ao governo”, destaca Adriano Soares, lembrando que em administrações anteriores não havia nenhum controle de acesso ao documento.

O secretário destacou ainda o serviço “espaço da transparência” que vai ser criado dentro do site da Segesp (www.gestaopublica.al.gov.br), onde servidores públicos e os cidadãos em geral vão poder encontrar a prestação de contas de todas as secretarias e órgãos públicos do estado, com dados mensais sobre despesas de luz, água, telefone, entre outros. De acordo com Adriano Soares, nesse sistema vai ser possível fazer o cruzamento de informações para saber quais os órgãos que estão gastando mais ou menos.

Programa de Modernização da Gestão Pública

Esses procedimentos só foram possíveis graças ao Programa de Modernização da Segesp, que não permite a entrada de ninguém no sistema de elaboração e controle da folha de pagamento, implantado este ano no órgão. “Hoje não se manuseia mais nada na folha de pagamento. No sistema anterior, a fragilidade era tão grande que algumas pessoas usavam senhas de terceiros para acessá-lo”, comenta o supe-



Secretário Adriano Soares apresenta
Programa de Modernização



Adriano Soares e o governador Teotônio Vilela durante apresentação do Sistema de Consignações

rintendente de Modernização, Guilherme Lima. No portal da Gestão Pública, o servidor pode encontrar informações sobre os serviços disponibilizados pelo estado e informações de interesses pessoais e coletivas, como, por exemplo, o acesso ao Sistema de Consignações (Sicons) e o acompanhamento de processos.

Mudanças positivas

No evento do café-da-manhã, a equipe da Segesp apresentou as mudanças promovidas na pasta da Gestão Pública nesses primeiros meses do ano. O secretário-adjunto de Gestão de Pessoas, João Carlos Barros, apresentou por *slides* as modificações feitas na infra-estrutura da secretaria. Todo o mobiliário foi trocado, assim como substituídos equipamentos obsoletos, como, por exemplo, máquinas de datilografia. A compra de 120 novos computadores e da mobília foi possível com a redução de 46% no aditivo do contrato com a empresa Elógica (responsável pelo sistema da folha de pagamento). Catracas eletrônicas e crachás de identificação foram duas ferramentas implantadas para o controle de entrada e saída de pessoas.

No processo de mudança, todas as carências foram cuidadosamente reparadas, e a Segesp passou a ter uma visão mais holística do todo, implantando ações integradas para motivar servidores, favorecendo a saúde física, emocional e mental. As barreiras arquitetônicas foram removidas, possibilitando o acesso de pessoas portadoras de deficiência física aos serviços da secretaria. A Diretoria de Perícia Médica e Saúde Ocupacional (antiga Junta Médica) e a Escola de Governo ganharam sede nova, com condições adequadas para funcionamento dos setores.

A secretária-adjunta de Administração e Patrimônio, Ismênia Lessa, apresentou o projeto de Otimização de Despesas que está sendo implantado no estado com a coordenação e gestão da Segesp, em parceria

com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial. Ela informou sobre os representantes dos órgãos do governo que estão trabalhando como gestores de pacotes (que cuidam das diferentes despesas existentes nos órgãos que representam) e sobre as metas de curto e médio prazo a serem atingidas.

A implantação de mais uma central de atendimento do Já deve ocorrer no próximo ano, no bairro mais populoso de Maceió, o Benedito Bentes, o que deverá proporcionar o atendimento de mais de 250 mil pessoas por mês. Na capital, há três Jás funcionando no Shopping Farol, na sede do antigo Produban, no centro, e no antigo Shopping Mangabeira, no bairro homônimo. A central deve ser instalada ainda nos municípios de Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e Maragogi, no interior do estado. Atualmente, fora Maceió, o Já só existe na cidade de São Miguel dos Campos.

Sobre o levantamento do patrimônio público do estado, Ismênia Lessa ressaltou que já foram feitas 1.400 vistorias desde que o trabalho de catalogação e atualização começou a ser feito. Semanalmente, uma equipe da Superintendência de Patrimônio faz vistorias na capital e no interior. A equipe da Gestão Pública garante que ainda há muito fôlego para dar continuidade aos trabalhos e implantar mais inovações em benefício do povo alagoano.



Secretária adjunta Ismênia Lessa apresenta Programa de Otimização de Despesas



**A solução completa para
gestão pública tem três letras.**



ASI - Tecnologia Web em Gestão Pública

Faça a gestão completa dos processos de compras, contratos, almoxarifado, patrimônio mobiliário e imobiliário de maneira prática e segura com o ASI.

O ASI é mais que um sistema. É uma solução composta de sistemas desenvolvidos com tecnologia 100% WEB e serviços especializados em Gestão Pública. Tecnologia de ponta que gera aumento da produtividade e redução de custos.

Faça como mais de 300 Instituições Públicas em todo o país. Aproveite também os benefícios que o ASI oferece.



Brasília | Matriz

SCRN 714/715, bl. "B" loja 48 - Brasília DF
Telefone (61) 2101-8800 • Fax (61) 2101-8888

Salvador | Filial

Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 811, sala 1303
Pituba - Salvador BA • Telefone (71) 2102-7551



Estado do Amazonas avança na gestão de recursos humanos

Departamento de Programas e Projetos da Sead/AM

Com evento festivo promovido no dia 10 de outubro de 2007, a Secretaria de Administração e Gestão do Estado do Amazonas (Sead) marcou a comemoração de dois anos de sucesso do funcionamento do Portal de Legislação de Recursos Humanos - o RHNet-AM.

Disponível de forma irrestrita na rede mundial de computadores, o portal representou um marco na gestão de recursos humanos no Amazonas. Servidores e gestores das áreas de administração dos órgãos públicos passaram a contar com um canal institucional ágil de consulta sobre legislação de pessoal com informações completas, atualizadas e de fácil compreensão sobre leis estaduais e federais além de normas, decretos, portarias e atos administrativos.

A comemoração reuniu a equipe do Núcleo Gestor do Portal, instituído no âmbito da Sead, servidores de diversas áreas dessa secretaria, dos Núcleos de Gestão de Pessoal dos demais órgãos estaduais, da equipe de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage), além de servidores que atuam em áreas que têm como foco o aspecto jurídico da relação do governo com o funcionalismo público.

Sob a coordenação do secretário Redomarck Castelo Branco, foram exibidas, na ocasião, alguns indicadores que demonstram o sucesso indiscutível do projeto. Entre esses indicadores, dois merecem ser destacados, na opinião do coordenador do Núcleo Gestor do projeto, Lucio Menezes: a quantidade de visitas ao portal e o número de atos (leis, decretos, portarias, etc.) constantes na base de dados. A quantidade de visitas registradas supera a marca de 80 mil nos dois anos de funcionamento, o que demonstra uma média diária de 110 visitas. Na tabela a seguir está demonstrada a quantidade de atos, por tipo, constante da base de dados. O gráfico mais adiante mostra a evolução quantitativa da base de dados da legislação estadual, ao longo do tempo.



Apresentação institucional do Portal RHNet-AM

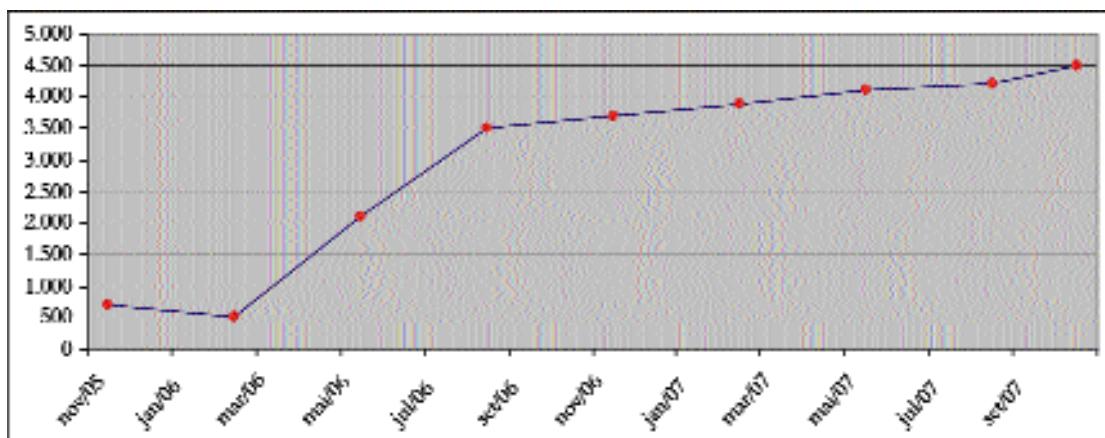
Base de dados da Legislação Estadual

Nº	TIPO DE ATO	QUANTIDADE
1	EMENTÁRIO	1850
2	DECRETO NUMERADO	1.565
3	LEI ORDINÁRIA	595
4	LEI DELEGADA	120
5	CONSTITUIÇÃO /EMENDA	62
6	PORTARIA	67
7	RESOLUÇÃO	58
8	PARECER	50
9	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18
10	LEI COMPLEMENTAR	17
11	LEI PROMULGADA	9
12	DESPACHO	6
13	ORDEM DE SERVIÇO	4
14	DECRETO SEM NÚMERO	2
15	PORTARIA CONJUNTA	1
16	PORTARIA NORMATIVA	1
TOTAL		4.420

A efetividade do Portal RHnet-Am foi testemunhada, de viva voz, pelas servidoras Eleonora de Freitas, diretora do Departamento de Gestão de Pessoas da Sead, e Anita Ferreira, diretora do Departamento Jurídico do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). “O RHNet-Am é uma ferramenta que realmente veio para modernizar e melhorar os processos, uma vez que o processo administrativo que instruímos em um mês, hoje conseguimos fazê-lo em um dia”, declarou Anita Ferreira.

Os grandes benefícios obtidos com o funcionamento desse produto constituem estímulo adicional à equipe da Sead para dedicação ainda maior à conclusão bem sucedida de outros projetos na área de gestão de recursos humanos. “O Portal RHNET-Am é parte importante, porém não exclusiva, de um

Evolução da base de dados da Legislação Estadual



amplo programa de modernização que o Estado do Amazonas vem implementando para melhoria contínua da gestão do seu efetivo de servidores”, avalia o secretário de Administração e Gestão, Redomarck Castelo Branco.

Esses projetos formam um conjunto estruturado com múltiplas interdependências, de tal forma que fortalecem o sistema de recursos humanos e a própria atuação da Sead. Estão em estágio avançado de desenvolvimento a edição de uma política institucional de recursos humanos, a revisão de toda a legislação pertinente e um sistema informatizado de gestão de recur-

sos humanos inovador nos aspectos de funcionalidade, segurança, produtividade e confiabilidade na produção de informações para a efetividade da gestão.

A política de recursos humanos, em fase final de aprovação por parte do nível estratégico do governo, tem como objetivo estabelecer diretrizes para os processos de seleção, estágio probatório, treinamento e desenvolvimento, carreiras, profissionalização, remuneração e avaliação de desempenho, focando as competências, a motivação e o alcance de resultados, com a finalidade de proporcionar ganhos aos órgãos e entidades do estado e aos seus servidores.

A revisão da legislação do setor consiste na sua análise, adequação e reformulação, em conformidade com os dispositivos constitucionais vigentes e com a política formulada, concomitantemente com a correção das imperfeições detectadas. Foram gerados como produtos desse projeto minutas de atos normativos visando à atualização da legislação, sob três dimensões: aprimoramento e depuração da legislação vigente, incorporação de dispositivos constitucionais à legislação, inovação legal. As minutas produzidas encontram-se sob avaliação da Procuradoria-Geral do Estado para, posteriormente, serem avaliadas pela Casa Civil e finalmente encaminhadas conforme o rito de aprovação correspondente à natureza de cada minuta de ato produzida.

O Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH/AM) é um sistema informatizado que permeará todos os processos de gestão de RH, desde o recrutamento e seleção até o pagamento de aposentadorias e pensões. Utilizando tecnologia de ponta, será uma solução de métodos altamente inovadores. A partir de sua utilização, o trabalho dos Núcleos Setoriais de RH para manutenção das informações será apenas o registro dos atos legais referentes a cada servidor. O sistema se encarregará da produção de todos os efeitos e consequências, baseado na parametrização da legislação introduzida no sistema. Com isso espera-se a obtenção de benefícios expressivos tanto para a administração pública como para os servidores, tais como: agilidade e comodidade com a simplificação e a racionalização dos processos de trabalho, controle e redução de despesas da folha de pagamento pela impossibilidade de pagamentos errôneos, indevidos ou ilegais, melhoria do desempenho dos gerentes e técnicos de RH, transparência e uniformização na aplicação da legislação pertinente e baixo custo de manutenção.

O desenvolvimento do sistema informatizado está a cargo de um consórcio de empresas contratado para esse fim específico. Uma equipe de servidores do Governo do Estado do Amazonas foi designada para acompanhar e fiscalizar os trabalhos, além de absorver todo o conhecimento aplicado na sua construção, viabilizando assim a manutenção e a evolução do sistema após o término do contrato com o consórcio. O cronograma físico-financeiro do projeto vem sendo cumprido rigorosamente e a implantação do sistema deverá ser iniciada em agosto de 2008.

De acordo com o secretário Redomarck Castelo Branco, todas essas iniciativas, com conexão e harmonia entre si, buscam o fortalecimento da gestão na área de recursos humanos e estão sendo viabilizadas graças à determinação e ao patrocínio do governador Eduardo Braga, expresso por meio da alocação dos recursos necessários e do acompanhamento contínuo e permanente das ações desenvolvidas.



Apresentação do projeto do SIGRH-AM



Bahia tem novas regras para contratação de serviços terceirizados

Ascom/Saeb

Para racionalizar as contratações de mão-de-obra terceirizada pelo setor público, garantir a segurança das licitações e transformá-las em instrumento de redução dos gastos com custeio da máquina pública, o governador da Bahia, Jaques Wagner, lançou em novembro um pacote de medidas com novas regras para as licitações públicas no setor. As medidas contemplam as áreas de conservação e limpeza; copa e cozinha; vigilância e segurança patrimonial; além de suporte administrativo, operacional e manutenção de prédios públicos e apoio às atividades de informática.

Regulamentadas pelo decreto governamental de número 10.545 publicado na edição de 6 de novembro do *Diário Oficial* do estado, as regras consolidam mudanças já implementadas ao longo do ano pela Secretaria da Administração do Estado (Saeb) e agregam novos avanços. De acordo com a Saeb, a contratação de serviços terceirizados consumiu R\$ 240 milhões em 2006. Estima-se que a aplicação dos novos critérios reduza em até 20% os gastos do estado com as terceirizações.

Entre as ações, destacam-se a utilização exclusiva do pregão eletrônico para esse tipo de licitação - método que confere maior amplitude, celeridade e transparência ao processo licitatório - e o emprego do registro de preços nas contratações de serviços, o que

garante a continuidade no fornecimento e evita o apelo a contratos emergenciais, um conhecido mecanismo de perpetuação dos mesmos fornecedores nos órgãos públicos.

Entre as iniciativas já implementadas este ano pela Saeb, está também o fim da prática, adotada pela gestão passada, de exclusão de licitantes cujos preços eram considerados ineqüíveis por estarem abaixo de preço mínimo referencial estimado pela administração e mantido em envelopes lacrados.

Na prática, essa interpretação para o critério de preço ineqüível levava o estado a gastar mais nas compras públicas e foi substituída pelo entendimento de que o empresário pode abrir mão de parte do lucro, por exemplo, para vencer uma licitação. "Se fizesse isso pelo critério anterior, o licitante ficaria abaixo da linha de corte e seria eliminado da disputa, o que prejudicava a concorrência", explica o secretário Manoel Vitorio. A economia média, com essa medida, é de 17% nas licitações realizadas com as mesmas especificações técnicas de certames anteriores.

A Saeb já vem estabelecendo, além disso, prioridade total para o pregão eletrônico nas licitações. Como vantagens do pregão eletrônico, o coordenador-geral de Licitações do estado, Adriano Gallo, destaca a ampliação da disputa no processo licitatório - já que o instrumento reduz os custos de partici-

pação por parte das empresas -, além do ganho em transparência - uma vez que qualquer cidadão pode acompanhar o pregão via internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br. “O pregão eletrônico dá maior celeridade e licitude, ao mesmo passo em que desburocratiza o processo de licitação”, sintetiza.

Fiscalização de contratos

Mudança à vista, também, na forma de atuação do estado com relação ao acompanhamento e fiscalização dos contratos. A Secretaria da Administração já prepara a capacitação de cerca de 900 servidores estaduais para atuar como fiscais de contrato. “São mudanças significativas que vão desde a forma de licitar até a gestão e a fiscalização de cada contrato. O estado precisa ter mais segurança e acompanhar, de perto, onde e como estão sendo gastos os recursos públicos”, afirma o secretário Manoel Vitório.

As vantagens do pacote de medidas para a gestão pública vão além da redução de gastos, garantindo contratações mais eficazes e mais transparentes. “É uma nova abordagem do governo para a área de licitações, com realização de contratos voltados para a qualidade do serviço e a observação dos princípios da racionalização dos gastos e da transparência”, explica Vitório.

Vigilância e limpeza

São focos das mudanças as áreas de segurança patrimonial e limpeza. O decreto determina ainda a contratação de serviços de segurança eletrônica, como câmeras, alarmes e sistema interno de TV. Sem perda de qualidade do serviço ou diminuição dos padrões de segurança.

Atualmente, explica o coordenador da Central de Licitação (CCL), Adriano Motta Gallo, o estado está pagando pelo trabalho de vigilantes que executam o serviço de porteiros. A substituição será baseada em critérios objetivos “e não trará nenhum risco para a segurança das repartições, que manterão seus efetivos de vigilantes armados onde este tipo de profissional é exigido”, informa.

Na limpeza, foi ampliado o peso relativo ao coeficiente de produtividade. A medida visa a discriminar e detalhar os procedimentos, otimizando o trabalho. A contratação do fornecimento de mão-de-obra por metro quadrado é uma medida mais precisa e universal do que estipular números de trabalhadores ou de horas que devem ser utilizados em cada repartição, como tradicionalmente vinha sendo feito no estado. O foco passa a ser o resultado do serviço. A unidade de contratação por metro quadrado já é utilizada no estado de São Paulo.

Os novos contratos de prestações de serviços terceirizados terão validade inicial de 15 meses. Ao final desse período, serão submetidos à avaliação processual e podem ser renovados por, no máximo, 60 meses no total.

Ainda de acordo com Adriano Gallo, a intenção do decreto é estabelecer uma tríade virtuosa para os processos licitatórios e contratações de serviços terceirizados. “Essa tríade será constituída a partir de conceitos como transparência, fiscalização e penalização. Primeiro, a licitação deve ser conduzida com o máximo de lisura e sempre visando a vantagem para o estado. Depois, o decreto impõe critérios mais rígidos de fiscalização na execução dos contratos. E, finalmente, aqueles que infringirem as normas serão submetidos a penalizações também mais severas”, detalha o coordenador da CCL.

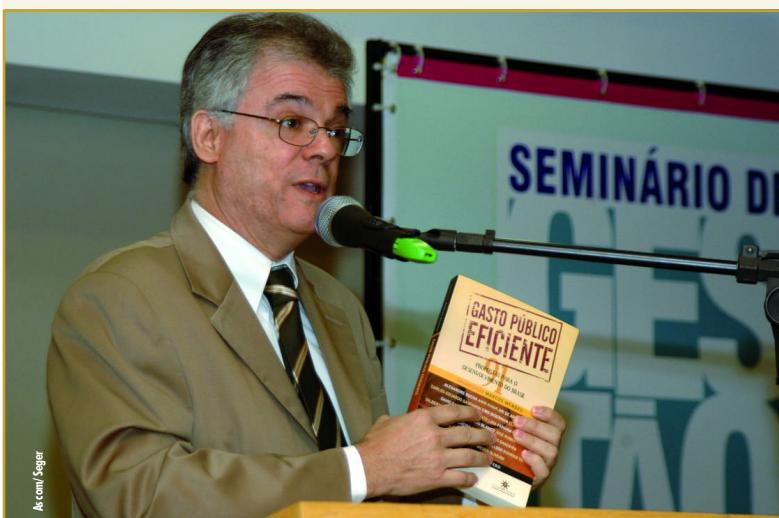


Manoel Vitório
Secretário de Administração
do Estado da Bahia



No Espírito Santo, gestão do gasto público motiva realização de seminário

Ascom/Seger



Ricardo de Oliveira
Secretário de Administração
do Estado do Espírito Santo

endo em vista a importância de introduzir melhorias na qualidade do gasto público, o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), promove anualmente um evento voltado para o debate, com dirigentes públicos, sobre a importância de se realizar uma gestão eficiente do gasto público, apontando ações que contribuam para a redução dos custos, combate ao desperdício e melhor aplicação dos recursos existentes, sempre em conformidade com a legislação vigente.

Em 2007, o 3º Seminário de Gestão do Gasto Público ocorreu em setembro com a participação do consultor legislativo do Senado Marcos José Mendes, que falou sobre “A eficiência do gasto público no Brasil”. Para o palestrante, a eficiência do gasto deve ser uma meta dos governos, de forma a contribuir para o crescimento da economia e, consequentemente, para o desenvolvimento das políticas sociais.

Para o vice-governador do estado do Espírito Santo, Ricardo Ferraço, “a qualidade do gasto público deve ser uma

preocupação diária, e é importante que seja debatida. A eficiência da aplicação dos recursos deve ser um esforço coletivo para que o governo possa dar conta de atender às necessidades do contribuinte, de modo a produzir qualidade de vida”, disse.

Para o secretário de Gestão e Recursos Humanos e vice-presidente do Consad, Ricardo de Oliveira, “é preciso fazer uma gestão pública com qualidade. Melhorar a administração para fazer um controle do gasto e aumentar os investimentos reduzindo o custeio. O gestor público precisa fazer investimentos que devolvam à população os impostos que ela paga. Isso se reverte em melhoria na qualidade de vida”, afirma.

A gestão do gasto no ES

No Espírito Santo, bons exemplos de gestão do gasto público, proporcionando redução dos custos, podem ser citados:

Telefonia

O governo do Espírito Santo estima uma economia de aproximadamente R\$ 4 milhões na contratação de serviços de telefonia, a partir da negociação de tarifas reduzidas com as operadoras.

Na modalidade telefonia fixa local, a redução nos custos será de 33% em 2007 com relação ao que foi gasto em 2006, gerando uma economia no valor de R\$ 1,5 milhão. No início de 2007, dois pregões foram realizados para a contratação de serviços de telefonia móvel e de telefonia fixa na modalidade de longa distância nacional.

A redução dos números também foi confirmada nesses dois primeiros processos de licitação. O valor do minuto de ligação de telefone fixo para celular, que antes custava R\$ 0,55, foi reduzido para R\$ 0,09. No decorrer do ano, a economia com relação ao último exercício será de aproximadamente R\$ 1,2 milhão.

A segunda licitação, para contratação de telefonia de longa distância (interurbanas), representa uma economia de 31% em relação ao que foi gasto pelo governo estadual em 2006. No último exercício, o serviço de telefonia de longa distância representou um custo anual de R\$ 1,5 milhão para os cofres públicos. Com a redução dos valores, a economia em 2007 será de aproximadamente R\$ 500 mil.

Ainda está prevista a locação de equipamentos de telecomunicações (Pabx) para o governo do estado, que vai gerar uma economia de 25% nos gastos com telefonia, representando uma redução de R\$ 700 mil para os cofres públicos.

Todo o processo de licitação e contratação é realizado pela Subsecretaria de Administração, da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger). As empresas contratadas para a concessão dos serviços são: Telemar - telefonia fixa local e de longa distância; e Vivo - telefonia móvel.

O objetivo, segundo o subsecretário de Administração, Max da Mata, é garantir serviços eficientes no estado, com preços mais baixos. “O modelo de telefonia do Espírito Santo está sendo elaborado para garantir, além da transparência na contratação dos serviços, a melhor relação custo-benefício para o governo”, disse o subsecretário.



Max da Mata
Subsecretário de Estado da Administração

Software

O Governo do Estado do Espírito Santo conquistou o maior desconto do país, de 65%, gerando uma economia de R\$ 20 milhões para os cofres públicos, com o contrato firmado entre a Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger) e a Microsoft para a compra de softwares aplicativos. Outros estados já estão procurando a Seger, interessados em aderir.

Além da grande economia conquistada - R\$ 20 milhões -, o registro de preço vai trazer agilidade e facilidade na compra de produtos Microsoft. Isso porque os órgãos precisarão apenas aderir ao processo, evitando a abertura de novos editais. E a entrega dos produtos deverá ocorrer em no máximo 45 dias.

Pregão

Com a realização de pregão eletrônico, o governo do estado conquistou uma economia superior a R\$ 28 milhões com as licitações realizadas de janeiro a setembro de 2007. No período, foram realizadas 1.919 licitações.

A inclusão das informações relativas ao pregão na Internet e a realização de todo o procedimento na rede permitem o acesso a um universo muito mais amplo do que o alcançado pelos jornais oficiais e comerciais. As informações estão disponíveis não só aos diretamente interessados, que são os participantes do processo, como a toda a comunidade que tenha acesso a rede, proporcionando mais agilidade, transparência e maior competitividade entre os fornecedores.

“O pregão eletrônico dá uma garantia ao gestor público de maior transparência daquilo que se quer contratar para o estado, potencializando alguns princípios da administração pública como a publicidade. Sem contar que a ferramenta do pregão é um processo mais rápido de contratação, porque os prazos são bem menores do que nas outras modalidades de licitação”, explicou o subsecretário estadual da Administração, Max da Mata.

Além disso, o governo também registrou a redução de 68% nos gastos com passagens e a redução dos custos em 43% com a adoção do processo de compra centralizada e de registro de preços.

Transparência dos gastos

A Seger acompanha as 61 principais despesas de custeio dos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Existe em cada unidade uma comissão denominada Comissão Interna de Controle de Custos Administrativos (Cica) (criadas por decreto), que, por meio de um sistema denominado Desconew, encaminham à Seger, mensalmente, informação dos gastos realizados.

Após consolidação, as planilhas dos gastos realizados por cada órgão são disponibilizadas no site da Seger. Além de disponibilizarmos para a sociedade as informações dos principais gastos de custeio do governo, utilizamos essas informações para a elaboração de projetos que visam à otimização dos gastos e melhoria dos procedimentos administrativos.

“Por meio dos relatórios disponibilizados, é possível, também, identificar e priorizar as ações que visem ao controle do gasto público”, explicou a gerente de Controle Interno e Análise de Custos da Seger, Leila Casagrande.

Fazer mais com menos

RENATA VILHENA

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais

O Governo do Estado de Minas Gerais alcançou o equilíbrio das contas públicas em 2004, após déficit orçamentário e financeiro de cerca de R\$ 2,4 bilhões em 2003. Além do déficit zero, o estado promoveu o desenvolvimento social e econômico, havendo investimento em quase 400% a partir de 2003. Como parte da proposta de reforma e de modernização do aparato estatal, por meio do Choque de Gestão, houve a melhoria da qualidade do gasto e a aplicação da metodologia de abastecimento estratégico para redução sustentável dos custos e definição de políticas de suprimentos com governança corporativa.

A Segunda Geração do Choque de Gestão, promovida pelo governo mineiro, tem como idéia central a constar do processo de planejamento produzir benefícios concretos para a sociedade, em atendimento à diretriz de inclusão dos destinatários das políticas públicas, cujo êxito reside em alcançar os objetivos ancorados no binômio Qualidade Fiscal e Gestão Inovadora e Eficiente.

No estado, já são colhidos os frutos em face da alocação eficiente dos recursos e por meio da composição estratégica do gasto, priorizando áreas de

maior impacto social e que promovem a ampliação da competitividade da economia mineira. Entre as ações empreendidas ao longo dos últimos anos, destacam-se como conquistas já obtidas, na adoção de política efetiva de suprimentos, o fato de Minas Gerais ser o primeiro estado federado, no mundo, a ter o seu sistema de pregão eletrônico aceito para realização de compras com recursos do Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Destaca-se, também, a elaboração de medida síntese de preços de referência para balizar os processos de compras realizados pelos órgãos, com os preços históricos praticados pela Administração. Incluem-se nisso o acompanhamento de preços de mercado de mais de 1 mil itens de compras mais recorrentes da Região Metropolitana e a implantação de uma política de Gestão Estratégica de Suprimentos.

Batizado de Gestão Estratégica de Suprimentos (GES), o programa é desenvolvido sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag), com a consultoria da empresa Accenture. As ações estratégicas estão sendo adotadas nas famílias de bens, serviços e obras



Renata Vilhena
Secretária de Planejamento e
Gestão do Estado de Minas Gerais

tico, as demandas de compras futuras, em face dos Projetos Estruturadores (eram 40 projetos-chave no ano de 2006).

Pode-se afirmar que a Gestão Estratégica de Suprimentos em Minas é um projeto ousado e inovador no país e perfaz a segunda grande fronteira de eficiência com a aplicação já na fase interna de compras de requerimentos internos mais apropriados, análise acurada e técnica de mercado, elaboração de cálculo do custo total da aquisição, com definição de modelos de fornecimento de bens ou serviços e de execução de obras, bem como controle de todo o processo e da cadeia de suprimentos por meio de sistema integrado, com controle lapidar de todas as fases.

A expectativa é de se obter a economia total de R\$ 60 a R\$ 80 milhões, a ser concretizada nos próximos 12 meses, sendo que, em face das primeiras compras com os novos modelos de aquisições promovidas, efetivamente, já se quedaram economizados mais de R\$ 6 milhões, sem contar o ganho que se obteve em racionalização de processos e pessoas com a aplicação do *strategic sourcing* nas famílias de compras acima destacadas, com a consequente redução dos custos administrativos de processos licitatórios uma vez que, nas famílias comuns aos diversos órgãos, foram centralizados os procedimentos inerentes aos certames.

A experiência mineira indica que, ao se mudar a forma de trabalhar as aquisições no estado, utilizando as melhores práticas, a Administração passa a contar com uma gestão mais transparente e eficiente. A gestão inteligente é aquela que faz mais e melhor com menos, que alcança metas econômicas sem negligenciar o social ou a estabilidade fiscal e que estabelece e cumpre uma trajetória de evolução e desenvolvimento do estado.

Estamos certos de que a primeira geração do Choque de Gestão preparou o poder público mineiro, por meio de reformas legais e institucionais, para adotar as diretrizes da qualidade fiscal e exercer, na plenitude, o conceito do estado que existe e trabalha em função dos resultados demandados pela sociedade. Agora, com a segunda geração, é o momento de consolidar a qualidade dos gastos e dar forma às palavras do governador Aécio Neves: “Gastar menos com o próprio estado e mais com o cidadão”.

ligados à Saúde (Medicamentos Básicos e Excepcionais e Refeições Hospitalares), Obras (Pro-MG - Programa de Recuperação de Rodovias Estaduais), Defesa Social (Refeições para Delegacias, Penitenciárias), Governança Eletrônica (Equipamentos de Informática e Impressão), Educação (Material de Escritório e Consumíveis), entre outros, como de passageiros aéreos. O objetivo principal é reduzir o custo total da aquisição de compras realizadas em vários setores-chave e de relevância social para o estado.

Ressalte-se que nas Famílias de Equipamentos de Informática e Impressão e de Material de Escritório e Consumíveis foram consideradas, na aplicação da metodologia de melhores práticas, a promoção do desenvolvimento das pequenas empresas, no que fosse possível, e o consumo e a produção sustentáveis, com políticas efetivas no processo de remanejamento e descarte inteligente. Os equipamentos inservíveis estão sendo utilizados pelas escolas e pela polícia para formação de técnicos em computação, e os microcomputadores obsoletos, mas ainda em funcionamento, em terminais de acesso de salas de informática das escolas e nos Centros de Vocação Tecnológica (CVT) ou nos Telecentros.

Na aplicação de *strategic sourcing* - ou seja, aplicação das melhores práticas de mercado -, houve a realização de diagnóstico de toda a cadeia de suprimentos do estado: custos diretos e indiretos, investimentos, histórico de despesas por grupos/classes de materiais e serviços, a curva ABC de fornecedores, o perfil de gastos por unidade consumidora, por secretaria, por tipo de licitação, por meio de formalização, a criticidade da família de compras, a complexidade do mercado fornecedor e a facilidade de implementação, etc. Foram levadas em consideração, como condição para fechamento do diagnós-

Estado economiza mais de 800 milhões com sistema ComprasNet

Aganp/GO

Desde que foi implantado pela administração estadual em 2003, por meio da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp), o Sistema Eletrônico de Compras (ComprasNet.go) rendeu, nos últimos quatro anos, uma economia de R\$ 807 milhões ao estado, o que corresponde a 24,2% de redução nos gastos com a aquisição de mercadorias e contratação de serviços pelos órgãos estaduais. A estimativa de gastos com as compras governamentais neste período era de mais de R\$ 3,3 bilhões, mas, por meio dos leilões, os bens e serviços foram adquiridos por R\$ 2,5 bilhões.

Entre os 57 órgãos da administração direta, autarquias e fundações estaduais que utilizam o ComprasNet.go, a Secretaria da Saúde representa 78% das aquisições e ocupa o primeiro lugar em valores globais do sistema, com R\$ 2,5 bilhões de compras e economia de R\$ 656 milhões sobre os valores estimados. Em seguida está a Secretaria da Educação, cujo valor chega a R\$ 101 milhões em compras e redução de custos de R\$ 19 milhões.

O balanço das negociações realizadas até o final de outubro revela que o maior número de itens adquiridos é de materiais de escritório, higiene e limpeza. Quanto ao valor, aparecem em primeiro lugar os medicamentos. Na contratação de serviços, destacam-



Pregão eletrônico do ComprasNet

se limpeza e conservação, vigilância, de detização e jardinagem. "O Sistema Eletrônico de Compras do Estado faz parte do processo de modernização da administração pública estadual. Com ele, o governo de Goiás conseguiu padronizar os procedimentos e reduzir os gastos com as compras, melhorando a aplicação dos recursos públicos", afirma o presidente da Aganp, Manoel Xavier Ferreira Filho.

Modernidade e avanço - Considerado um dos sistemas mais atualizados do país, o ComprasNet.go representa um avanço nas relações dos órgãos públicos estaduais com seus fornecedores, traduzido em mais agilidade nos contratos e menores preços, além de possibilitar maior transparência nas negociações e a elaboração de um maior número de relatórios gerenciais. As licitações são realizadas por meio de pregões presenciais ou eletrônicos e, no segundo caso, podem ser acompanhados em tempo real pelo site www.comprasnet.go.gov.br. Os pregões funcionam como leilões às avessas, ou seja, a administração busca o menor preço das mercadorias, enquanto os fornecedores, dentro do clima de competitividade, se esforçam para fazer a melhor oferta.



Carlos Costa

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente da Aganp

Sistema de Registro de Preços gera economia

Outra modalidade que tem gerado economia aos cofres do estado, além da economia de tempo e de burocracia, é o Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa modalidade de compras permite aos órgãos públicos realizar licitação conjunta para garantir melhores preços na aquisição de bens de consumo e serviços. Lançado pela Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp) em julho de 2005 para a compra de equipamentos de informática, o primeiro contrato realizado por meio do SRP gerou em dois anos uma economia de R\$ 21,5 milhões sobre a previsão dos gastos iniciais. Foram investidos R\$ 32,9 milhões na compra de 20.819 máquinas, divididas entre microcomputadores, servidores e estabilizadores.

Em razão dos valores vantajosos da licitação, o SRP de equipamentos de informática contou com a participação de 80 instituições, muitas das quais são de outros

estados ou de órgãos federais. Os valores do contrato na modalidade de registro de preços têm validade de 12 meses, mas a Aganp re-negociou com os fornecedores a manutenção dos preços por dois anos, até agosto de 2007. Devido à vantagem desse sistema, em novembro a Aganp abriu nova licitação para aquisição de 22 itens diferentes de informática com a participação inicial de 35 órgãos.

Pelo SRP, os fornecedores participam da licitação e se comprometem a manter seu preço pelo período de um ano. A partir da homologação, qualquer instituição do país pode aderir ao contrato e realizar sua compra, o que reduz a burocracia comum a um processo isolado de licitação e garante preços competitivos. O sistema agrupa vantagens por permitir ao órgão público prever e controlar gastos, além de ampliar a lisura e a transparência do processo.



Carlos Costa

Transparência, economia e controle por meio do Sistema de Aquisições Governamentais

SAD/MT

Garantir um nível maior de transparência e um melhor gerenciamento das compras, alcançando assim economicidade. Foi com esses objetivos que o Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Administração (SAD), adquiriu e implantou o Sistema de Aquisições Governamentais (Siag). Desde sua implantação em 2006, somente as licitações de registro de preço garantiram uma economicidade de R\$ 95.935.361,00, que continuou e continua sendo exercida em 2007. Com a aquisição imediata, o governo estadual economizou mais R\$ 11 milhões.

As duas modalidades juntas totalizaram uma economia de R\$ 106.063.683,00, mais que o dobro registrado no ano anterior. Na aquisição imediata, o produto é adquirido

assim que é feita a licitação; depois ocorre o empenho, o recebimento, a verificação dos documentos e, por último, o pagamento.

Antes de adotar o Siag, cada um dos 41 órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional era responsável isoladamente por realizar as aquisições governamentais, sem um critério técnico ou controle de preços. A falta de integração e, consequentemente, de transparência dos avisos sobre licitações - que eram feitos por carta-convite -, provocavam dúvidas com relação à legalidade das operações, atrasando assim todo o processo.

A idéia de melhorar o sistema de aquisições em Mato Grosso surgiu em 2003, mas foi em 2006 que o governo publicou o Decreto 7.217, de

14 de março de 2006, determinando que todos os processos de licitação fossem centralizados na SAD. Faltava então apenas o sistema que colocasse os planos em prática.

“Consultamos o mercado para identificar as soluções que se aproximavam do que queríamos. A partir daí, analisamos as melhores alternativas e abrimos uma consulta pública. Nossa objetivo era encontrar um mecanismo para integrar de forma eletrônica e *on line* as informações sobre compras”, explicou o secretário de Administração de Mato Grosso, Geraldo de Vittor Jr.

As especificações tecnológicas do edital previam que o sistema fosse baseado na internet com cadastro unificado de preços, fornecedores e prestadores de serviços, além de permitir o fluxo de informações, em tempo real, de solicitações de compra e de abertura de licitações. A concorrência pública com essas determinações foi vencida pela AZ Informática, que apresentou melhor preço dentro das exigências do edital.

A implantação do sistema foi concluída em maio de 2006, com o custo total de R\$ 679 mil, que incluiu o *software* e o desenvolvimento de funcionalidades. O contrato de manutenção feito depois da licitação custa R\$ 28 mil mensais ao cofre do estado.

Antes do sistema, cada órgão era responsável por comprar o material, mediante um processo burocrático e sem controle centralizado. Como funciona via *web*, o Siag pode ser acessado por qualquer funcionário, permitindo o monitoramento completo de todos os processos de compra do governo.

Para realizar uma compra, a secretaria deve

entrar no sistema e solicitar o produto para a Secretaria de Administração, que recebe junto com esse pedido um informativo sobre a dotação orçamentária e financeira do órgão solicitante. Todo esse processo é feito via internet. Caso o dinheiro em caixa seja suficiente, a compra é autorizada. “Com isso, conseguimos ter um monitoramento de tudo o que é comprado”, completou o secretário.

A principal vantagem do mecanismo é a divisão por módulos, que permite o controle exato de cada etapa da compra, garantindo transparência e agilizando a execução do processo. Em alguns casos, aquisições que demoravam em torno de 20 dias podem ser efetuadas em até duas horas. O Siag evita também um processo sem o devido saldo orçamentário, com custo elevado ou em quantidades e especificações inadequadas.

Com o funcionamento pleno do Siag, os pregões centralizados na SAD após a publicação do Decreto nº 7.217/06, que regulamenta as aquisições governamentais do estado, são realizados de forma clara e com ampla concorrência. Todo o processo de licitação na modalidade de pregão é acompanhado pelos participantes, deixando claro o compromisso do governo com a transparência de suas ações.

De Vittor salientou a transparência com que os procedimentos para a realização dos pregões são tratados. “Sempre divulgamos todas e quaisquer mudanças que possam ocorrer no edital inicial, com prazos, para que assim nossos fornecedores possam se ajustar a eles. E os fornecedores que discordarem do edital podem entrar com pedido de impugnação. Além de publicar os editais no *Diário Oficial*, os



Pregão realizado na SAD com a utilização do Sistema de Aquisições Governamentais (Siag)

Secretário de Administração Geraldo de Vito com a portal de Aquisições de Mato Grosso onde pode ser acessado o Sistema de Aquisições Governamentais (SIAG)



interessados ainda podem conferi-los no portal do Siag, disponível no site da SAD (www.sad.mt.gov.br), onde os fornecedores também podem conferir o calendário de pregões. Todo o procedimento para realização de pregões é tratado de forma clara”.

Somente no primeiro semestre de 2007, foram registrados 1.991 itens em atas de registro de preços, disponíveis para adesão dos órgãos estaduais. O superintendente de Aquisições Governamentais da SAD, Ronaldo Ibarra Papa, explicou que são poucos os bancos de especificação com itens e preços como o de Mato Grosso.

Economia com qualidade

Além de comprar barato, por meio do pregão, nas modalidades compra imediata e registro de preço, o estado de Mato Grosso também adquire com qualidade. “Hoje o estado está comprando bem. Depois de selecionarmos o melhor preço, o recebimento do produto é acompanhado à risca para que não ocorram equívocos com relação ao que vai ser entregue. Os produtos entregues têm de ter todas as especificações que estão no processo”, explicou o superintendente Ibarra.

De acordo com ele, em alguns pregões, são solicitadas amostras dos produtos a serem adquiridos. A conferência dos produtos entregues fica a cargo dos órgãos que os solicitaram. “Todo órgão tem de ter gestão de contrato, quer seja de serviço, quer seja de compra, para acompanhar a entrega dos produtos. Caso não seja entregue o especificado, o produto é devolvido e o fornecedor terá que entregar o especificado.”

Ibarra acrescenta que, além da confiabilidade, esse sistema gera uma economia considerável. “Antes do pregão, nós fazemos uma projeção do preço total estimado. Com o pregão presencial, os representantes das empresas cadastradas para disponibilizar o produto em questão fazem suas ofertas, nós as estudamos e escolhemos a que oferecer o melhor preço”, frisou.

Registro de preço

A licitação na modalidade “aquisições imediatas” ocorre quando é constatada a necessidade de prover material ou contratar serviços para uma secretaria apenas. Quando a demanda por um produto é maior, ou seja, quando há a necessidade de atender ao pedido de várias secretarias

pelo mesmo material, é realizado então o registro de preços.

O superintendente diz que o registro de preços tem várias vantagens. "Entre elas podemos citar o que é chamado de estoque virtual. O órgão não precisa disponibilizar de espaço físico para estocar o produto adquirido, nem de mão-de-obra para fazer a sua manutenção ou manuseá-lo. A empresa ficará de posse desse produto. Quando houver a necessidade de reposição do material, basta fazer o pedido junto à empresa vencedora do pregão e esperar pela entrega."

Outra vantagem é a financeira, pois além de comprar com um valor mais barato do

que o preço de mercado, o estado não precisa, necessariamente, utilizar o valor total do registro de preço realizado. "Por exemplo, se acontece um registro de preço para compra de computadores no valor de R\$ 5 milhões, não quer dizer que o estado irá gastar todo esse montante. Esse é o valor de registro, para que seja consumido, se acontecer, durante um ano, que é o prazo de validade da licitação de registro de preço. Ou seja, o governo não gastou este valor, mas sim registrou. Ele pode ou não ser consumido. Podem ser registrados R\$ 5 milhões e serem utilizados apenas R\$ 2 milhões. O estado irá pagar aquilo que consumir."



Pregão realizado em julho deste ano para locação dos veículos para segurança pública

Fomento à economia local

De janeiro a agosto de 2007, a SAD já realizou e acompanhou 178 pregões, que tiveram 396 empresas como vencedoras. Desses, 259 (65,40%) são empresas sediadas em Mato Grosso. Esse resultado vai ao encontro dos anseios da atual gestão, que é dar preferência a empresas de MT no fornecimento de material para o governo.

O secretário Geraldo de Vito esclareceu que foi para incentivar a participação de empresas mato-grossenses e fomentar o comércio local que o governo estadual passou a realizar, em sua maioria, pregões presenciais. "Com o pregão eletrônico, fica fácil para qualquer empresa, de qualquer parte do país participar, basta estar conectado a um

computador. E com o pregão presencial, as empresas ficam obrigadas a comparecer à sessão de pregão para apresentar seus preços, dando mais facilidade de participação para as empresas que estão sediadas em Mato Grosso, fomentando assim a economia local. Esta é uma preocupação do governador Blairo Maggi: abrir as portas para o empresariado local."

Um exemplo do incentivo recebido pelas empresas locais por parte do governo estadual é a da Pausa Nobre, que trabalha com o fornecimento de alimentação para eventos. Há três anos trabalhando com o estado, a empresária e proprietária da empresa, Helena Maria Machado, contou que a Pausa Nobre cresceu significativamente depois que come-

cou a participar dos processos de licitação governamental. “Trabalhar com o governo é excelente. Foi uma grande oportunidade, pois gerei mais empregos, ampliei meu negócio e minha rede de contatos. Não posso reclamar.”

Além da importância de se incentivar o comércio local, dando maiores oportunidades às empresas mato-grossenses, existe também a necessidade da participação de empresas de fora do estado, para que haja competitividade em busca do melhor ou menor preço, com qualidade. Das 396 empresas ganhadoras das licitações, 137 (34,60%) não eram de Mato Grosso.

A participação de empresas de fora do estado reflete a confiança que os empresários de todo o país depositam no Governo do Estado de Mato Grosso. Esse é o caso, por exemplo, da empresa Quality Aluguel de Veículos Ltda., vencedora do pregão de número 28/2007, para futura e eventual locação de veículos de diversas categorias, para atender a os órgãos/entidades da administração estadual. Com sede em Brasília (DF) e filiais em São Paulo (SP), Palmas (TO), Curitiba (PR) e outras capitais, a empresa está há 12 anos no mercado e conta com uma frota de 3,5 mil veículos terceirizados.

A gerente comercial da Quality, Mônica da Mata, explicou que a empresa se interessou em participar dos processos de pregão em Mato Grosso em função do crescimento do estado nos últimos anos. “Analisamos também o fato de que o governo está investindo na implementação das indústrias, o que transmite confiabilidade aos fornecedores. Mato Grosso é um estado em crescimento e que está criando novas ferramentas para que as empresas possam se instalar.”

Empresas cadastradas

O governo estadual tem hoje cadastradas como fornecedoras 1.924 empresas, das quais 1.661 ativas e 249 inativas. Esse número é 115,4% maior do que o número de fornecedores existentes em dezembro de 2002, quando 893 eram cadastradas.

Para o secretário Geraldo de Vito Jr., o aumento de empresas cadastradas como fornecedoras nos últimos anos demonstra mais uma vez a credibilidade alcançada pelo governo do estado junto aos empresários, tanto mato-grossenses quanto do restante do país. “Hoje somos um cliente respeitado e confiável.” Para ver a lista de empresas cadastradas, basta acessar o site da SAD (www.sad.mt.gov.br), no link ‘lista de fornecedores’. A lista é atualizada mês a mês.

Caronas

Os preços registrados nas licitações governamentais de Mato Grosso atraem “caronas” até de outros estados, como, por exemplo, o Ministério da Saúde, que solicitou a adesão, em agosto deste ano, à ata de pregão 23/2007 para aquisição de material permanente (móvel) e o Tribunal de Justiça de São Luís do Maranhão (MA), que solicitou a adesão à ata 006/2007, também para aquisição de material permanente (ar-condicionado).

De janeiro a setembro deste ano, 22 órgãos das esferas municipais, estaduais e federais manifestaram pedidos para adesão de atas de registro de preços realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, como, por exemplo, a Assembléia Legislativa (MT), Fundação Nacional do Índio (Funai), Governo do Estado de Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho (23^a Região), Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MT), Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT), Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (AL), Ministério Público do Trabalho, Procuradoria do Estado do Amapá, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça (MT), Secretaria Estadual de Roraima, Ministério Público Federal, entre outros.

O BGN MAIS UMA VEZ JUNTO AO CONSAD

O Banco BGN S.A. disponibiliza aos secretários, servidores e gestores de órgãos públicos variados tipos de serviços. Venha conhecer as opções que o BGN oferece.

Acesse www.bgn.com.br e confira.



Qualidade do gasto

Ascom/Seplag

No estado de Minas Gerais, o “Choque de Gestão” ainda é uma expressão atual e essencial ao vocabulário do governo.

Projeto avaliado positivamente ao final do primeiro mandato do governador Aécio Neves (2003-2006), agora, em sua segunda geração, ainda com foco na eficiência gerencial e com maior preocupação em avançar na qualidade do gasto, amparado em dois grandes pilares enquanto áreas de resultado: Qualidade Fiscal e Gestão Eficiente.

Enquanto a Qualidade e Inovação da Gestão Pública prima pelo ganho de produtividade no gasto governamental, promovendo a gestão eficiente, a Qualidade Fiscal pretende inovar no equilíbrio das contas públicas, extrapolando a mera busca por recordes de receita tributária e superávits fiscais e investindo na combinação de responsabilidade fiscal com o atendimento às demandas sociais.

O pilar fundamental da segunda geração do Choque de Gestão é o aprofundamento de uma obsessiva busca pelo Estado de Resultados. Os destinatários das políticas públicas foram organizados em eixos estratégicos que direcionam as respectivas áreas de resultados atendidas pelos diversos órgãos e entidades da estrutura estadual.

Entre os principais projetos para materialização desses pilares estratégicos, especificamente na Qualidade Fiscal, tem-se o Projeto Estruturador “Qualidade e Produtividade do Gasto Setorial”, que possui o objetivo de orientar os gastos, principal-



O governador Aécio Neves e o Déficit Zero

mente com as atividades-meio, de forma não somente a reduzir custos, mas, principalmente, aplicar os recursos públicos com qualidade, obtendo maior retorno dos valores investidos, com ênfase na melhoria da composição estratégica do gasto e consequente aumento de aderência do orçamento à estratégia de desenvolvimento do estado.

Para alcançar esses grandes marcos, o governo mineiro tem desenvolvido diversas ações, com vistas a ter política, controle e gestão de seus gastos, como em contratações de serviços e bens para o estado com preços de referência e planilhas acuradas de preços;



O Choque de Gestão criou o cenário favorável de identificação de oportunidades para priorizar as compras por meio de pregão e de registro de preços

Aquisições: eficiência, padronização e economia

A adoção de uma política de Gestão Estratégica de Suprimentos exige informações consolidadas dos compradores alvo, com o objetivo de levantar quais grupos de gastos serão configurados em famílias de compras. A implantação do Sistema Integrado de Materiais e Serviços (Siad), em cerca de 60 órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, no contexto da Primeira Geração do Choque de Gestão, criou o cenário favorável e pré-requisito para que houvesse, já em 2006, um histórico de compras consistente e em nível de detalhamento que permitiu identificar com qualidade as oportunidades. O Siad, composto por diversos módulos e de utilização obrigatória, controla as aquisições de bens e serviços de forma padronizada por meio de um catálogo de materiais e serviços e cadastro de fornecedores únicos, contemplando as etapas da compra, desde o pedido, percorrendo o processo licitatório, acompanhamento da execução da despesa das compras, contratos, estoque, patrimônio, entre outros, gerando por meio de armazém de informações - *Datawarehouse* - análises quantitativas e de valores dos itens adquiridos pelo estado de forma célere e precisa.

Graças a esse seguro e robusto sistema, foi possível a priorização das compras por meio de pregão e de registro de preços e o desenvolvimento do Projeto Gestão Estratégica de Suprimentos (GES), iniciado em 2006 e em fase de implantação, cuja finalidade é o desenvolvimento e a implantação de metodologias e prática de gestão de suprimentos, com base nas melhores práticas nacionais e internacionais, visando à redução e controle de custos e gastos com famílias de materiais, serviços e obras; a definição de modelos de gestão de suprimentos; o aprimoramento dos mecanismos de relacionamento com o mercado fornecedor em seus diversos segmentos; a capacitação de servidores estaduais para

implementação da gestão estratégica de suprimentos nas famílias de compras; iniciativas de incentivo ao planejamento orçamentário do gasto; definição de política e processos de gestão dos seus bens imóveis; revisão de processos e sistemas de gestão produtiva de almoxarifado; revisão dos processos de execução da despesa dos serviços relativos a desenvolvimento e manutenção de sistemas, entre outros. Salienta-se, a seguir, algumas ações importantes desenvolvidas na Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag).

atuar como agentes multiplicadores do modelo e a revisão de sua cadeia logística e de gestão dos bens. Esse estudo já orientou o desenvolvimento de seis grandes famílias de compras: medicamentos, refeição, pavimentação (Pro-MG), equipamentos de informática e impressão, material de escritório e consumíveis e passageiros aéreos.

Gestão de água e energia elétrica e responsabilidade socioambiental

O Programa de Gestão Energética Estadual (PGE), implantado pelo Governo do Estado de Minas em 2004, gerou economia de R\$ 5,1 milhões no custo de energia elétrica consumida em 22 prédios públicos estaduais, nos últimos três anos. Coordenado pela Seplag, o programa tem o objetivo de racionalizar o consumo de energia elétrica nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, com revisão dos contratos e promoção de medidas ligadas a tornar mais eficientes os centros de consumo nos prédios públicos estaduais, utilizando-se, para tanto, especialmente os recursos obtidos pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Conta o Governo do Estado de Minas também com o programa estadual de Gestão de Água e Esgoto (Pega), cujo objetivo principal do programa, para combate ao desperdício e à promoção do consumo inteligente - ou seja, utilizar o mínimo e o necessário -, é gerenciar o gasto desse insumo, criando mecanismos de controle do consumo e do gasto com a água e esgoto nos prédios públicos estaduais, com ações para orientar os órgãos e entidades, propiciando aos servidores públicos acesso a informações. Com o apoio irrestrito da Companhia Mineira de Água e Esgotos (Copasa), somente este ano realizaram-se 55 palestras em diversas regiões do estado, com participação de 3.495 servidores.

Controle e geração de receitas na gestão de bens móveis

Em busca da gestão eficiente, o Governo do Estado de Minas vem promovendo o controle único dos seus bens móveis com base no cadastramento, no Siad, de mais de 750 mil itens no módulo material permanente e com 90% dos almoxarifados de material de consumo em outro módulo do citado sistema, trazendo, como benefício, o controle e o acompanhamento de estoques pela Administração, principalmente, contando com a ferramenta de extração de dados avançados pelo armazém de informações.

Outro módulo importante e que se destaca é a Bolsa de Materiais, que recebeu e realocou mais de 10 mil itens de material que estavam em desuso, repassando-os aos órgãos e entidades da administração pública estadual, evitando aquisições da ordem de R\$ 3 milhões. Destaque-se que a Bolsa de Materiais recebeu da Advocacia-Geral do Estado, por meio de recuperação de ativos oriundos de dação em pagamento e processo de parcelamento excepcional de débito, materiais na ordem de R\$ 2 milhões.

Outra ação fundamental, para a gestão dos bens móveis do estado, é a realização periódica de leilões para alienar veículos inutilizáveis. Já foram arrecadados, por meio de seis leilões realizados em 2007, a importância de R\$ 3,5 milhões com a venda de 868 automóveis, utilitários, caminhões, motos e sucatas. O valor médio apurado em cada lote foi de R\$ 4 mil. Toda a arrecadação é direcionada ao Tesouro Estadual para investimentos finalísticos, observado o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O sistema imobiliário de Minas Gerais

É possível desenvolver um sistema de gestão imobiliário em um estado sem altos custos de implementação e manutenção? A resposta é afirmativa, e, isso ocorreu no Governo do Estado de Minas Gerais. Ao contrário do que se possa imaginar, foi criado e desenvolvido apenas com pessoal interno e sem onerar o orçamento estadual.

Considerando os custos que envolvem a elaboração de um sistema e a prioridade do estado em fazer mais com menos, sem, todavia, pecar em qualidade, optou-se por fazer com que os próprios servidores procurassem fazer o melhor que pudessem para responder às demandas, sem que com isso fossem elevados os gastos governamentais. Foi como resposta a essa situação que o servidor **José Marcelo Rodrigues Freire** desenvolveu o Sistema Imobiliário de Minas Gerais (SIM), recebedor do Prêmio Excelência em Gestão Pública do Estado de Minas Gerais em 2005, na categoria Experiências e Iniciativas de Sucesso, no tema: Governação Eletrônica.

Simples e eficaz, o SIM pode ser manuseado por qualquer servidor sem necessidade de treinamento ou capacitação. A Seplag administra, atualmente, mais de 9 mil imóveis de propriedade do estado de Minas Gerais, ocupados por mais de 10 mil unidades de 78 órgãos. O sistema proporciona relatórios de gestão à Diretoria Central de Patrimônio Imobiliário, que tem acesso a todas as informações.

O sistema permite a todos órgãos e entidades administrarem, por meio de senha e via *web*, os imóveis a eles vinculados. Com isso, é possível a descentralização da inserção dos dados e a atualização das informações por servidores no próprio município, ou nas regionais onde a Seplag se faz presente, em que o imóvel se localizava, avançando-se em agilidade no processo de emissão de documentos e na definição de responsabilidades. O banco de dados do SIM é imprescindível ao controle do estado e dá condições à Seplag de fazer o papel que lhe cabe, de coordenar e normatizar todos os imóveis estaduais.

Mesmo sendo a atualização e a manutenção de sistemas geradores de gastos, isso não ocorre no caso do SIM, pois todo esse processo é feito internamente, sem onerar o orçamento estadual. Elaborar e manter o sistema, proporcionar eficiência na gestão dos imóveis e minimizar os custos para sua administração, é fator contributivo para a melhoria da qualidade do gasto e um importante diferencial de gestão do Governo do Estado de Minas Gerais.





Projeto busca mais agilidade

Depois do trabalho de reorganização e atualização de dados, Governo do Estado do Paraná investe na criação de bancos informatizados

Ascom/Seap



No Paraná, os bens móveis e imóveis do governo estão sob gestão da Coordenadoria de Patrimônio do Estado (CPE), que integra a estrutura da Secretaria da Administração e da Previdência. Após quatro anos dedicada à reorganização e à atualização de dados e informações, a CPE avança, agora, para a implementação de bancos de dados e sistemáticas de gerenciamento mais modernas, avançadas e ágeis.

Um projeto nessa área - que prevê a informatização dos dados atuais, com ferramentas que permitam atualizações, alterações e adaptações constantes e mais rápidas - foi incluído no Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Panage). O projeto começou a ser executado neste ano. Em razão da amplitude e complexidade dos dados e informações relacionadas à gestão patrimonial, o projeto é dividido em etapas que devem estar concluídas em 2010.

Maria Martha Renner Weber Lundon
Secretária de Administração do Estado do Paraná



Palácio das Araucárias,
bem imóvel do estado
do Paraná e atual sede
do governo

“Os dados documentais dos bens imóveis do estado do Paraná estavam desatualizados. Por isso, antes de desenvolver um sistema informatizado para a gestão desses bens, precisávamos primeiro atualizar esses dados, fazer um diagnóstico detalhado da situação, ou seja, conhecer exatamente o número de imóveis, localização, ocupação, estado de conservação, entre outros pontos”, observa a secretária Maria Marta Renner Weber Lunardon. Com esse trabalho, acrescenta Maria Marta, foi possível identificar pelo menos 200 imóveis cujos dados haviam se perdido ao longo do tempo.

Bens móveis

No que se refere aos bens móveis, a Coordenadoria de Patrimônio e a Companhia de Informática do Paraná (Celepar) mantêm um sistema via intranet pelo qual os órgãos e repartições públicas ficam encarregados de registrar toda e qualquer movimentação dos chamados “materiais permanentes”. “Isto é, a inclusão de um novo bem móvel, ou a baixa de algum, ou ainda a transferência desse bem de um lugar para o outro devem ser registradas nesse sistema”, frisa o titular da CPE, Luiz Alberto Pinto de Carvalho.

Carvalho conta ainda que os servidores públicos responsáveis pelo gerenciamento dos bens em seus órgãos ou unidades de trabalho têm recebido treinamento, da CPE, sobre os procedimentos necessários. Os funcionários possuem “chave” (*login* e senha), pessoal e intransferível, de acesso a esse sistema, o qual é chamado de “AAB”. “A gestão dos bens móveis é tão importante à administração pública quanto a dos bens imóveis. No Poder Executivo do Paraná, segundo levantamento da nossa Coordenadoria de Patrimônio, são cerca de 3 milhões de itens, distribuídos em 113 órgãos públicos em todo o estado”, salienta a secretária Maria Marta.

Histórico

A gestão do patrimônio móvel e imóvel do Governo do Estado do Paraná está, hoje, sob responsabilidade da Secretaria da Administração - por meio da CPE. No entanto, no passado a tarefa já coube a outras pastas do Executivo. A atual coordenadoria, anteriormente, era uma diretoria da Secretaria de Estado da Fazenda. Em outro momento, foi um departamento da Casa Civil.

Acompanhe, em síntese, as principais atribuições da CPE hoje:

- O registro, a carga e a baixa dos bens patrimoniais do estado, móveis e imóveis, inclusive das obras de arte;
- A orientação técnica e normativa aos grupos setoriais das secretarias de estado, no desempenho das atividades de controle dos bens patrimoniais do estado, com normas e instruções;
- O registro dos bens adquiridos, diretamente (no caso de imóveis) e indiretamente, por meio de todos os órgãos estaduais ligados ao sistema de bens móveis, o chamado AAB;
- A articulação, com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), para a busca de soluções conjuntas em casos de desapropriações e demarcação de imóveis, usucapião, bem como de posse indevida de imóveis;
- A emissão de parecer sobre as aquisições, alienações, doações, reversões e permutas de imóveis.

E confira os números:

- O Executivo do estado do Paraná tem cerca de 3 milhões de itens de bens móveis;
- 15 mil imóveis fazem parte do patrimônio imobiliário.



Gestão da frota também é destaque

A gestão da frota oficial do Executivo não é atribuição da CPE - na Secretaria da Administração existe um departamento (o Departamento de Transporte Oficial, Deto) que cuida desse setor. É, porém, um importante exemplo de gestão patrimonial - por opção administrativa, desde 2003, o Paraná substitui a locação de veículos por carros próprios, comprados pelo governo e incorporados ao patrimônio público.

A adoção de sistemas centralizados de manutenção e de abastecimento dos veículos, a partir de 2004, tem permitido ao estado “enxergar” quanto e como gasta com combustível, peças de reposição e consertos dos veículos. A “centralização” é apenas do acompanhamento dos procedimentos e informações; cada órgão continua respondendo pelo uso e distribuição de seus carros. Já a realização periódica de leilões com parte da arrecadação “carimbada” para a aquisição de veículos novos tem possibilitado a renovação constante da frota.

Para saber mais

Conheça mais sobre a Secretaria da Administração e da Previdência do Paraná pelo portal
www.seap.pr.gov.br

Os velhos desafios da nova gestão pública

RENATO DE SALLES OLIVEIRA

Gerente executivo da Linkdata Informática e Serviços Ltda.
Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia Informação - UCB
Doutorando em Ciência da Informação - UnB

Tornar a gestão pública brasileira mais eficiente é um desafio antigo que já foi alvo de várias iniciativas governamentais e administrativas no intuito de desburocratizar o Estado e alcançar mecanismos de governança pública.

O objetivo deste artigo é debater os caminhos utilizados pela administração pública para realizar uma gestão mais eficiente nas ações governamentais.

O governo brasileiro, na gestão do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esforçou-se no sentido de implementar um plano nacional de gestão pública que contemplou, no médio e longo prazo, a redefinição das estratégias, a recomposição da força de trabalho, a reconfiguração das estruturas e processos e o redimensionamento de recursos em bases mais eficientes e direcionadas para resultados. Tais iniciativas foram respaldadas por força de lei e apoiadas como estratégias de governo. Mesmo assim, após alguns anos, não se percebe no Poder Executivo a implantação e consolidação de modelos de gestão pública.

Da mesma forma que o Poder Executivo vem buscando melhorias em sua administração, os outros Poderes (Judiciário e Legislativo) também tomam suas

iniciativas nesse sentido, assim como as outras esferas administrativas: governos estaduais e municipais.

Nessa ótica, vale ressaltar uma particularidade a respeito do nível de maturidade administrativa, além da infra-estrutura necessária para permitir que os organismos públicos realizem suas ações alinhadas a uma estratégia de gestão. Não há uma igualdade entre os estados e municípios brasileiros no que diz respeito à estrutura necessária para implementar mecanismo de gestão. Nessa realidade, alguns programas de governo, auxiliados até mesmo por organismos internacionais, estão financiando projetos para estados e municípios (ex: Pnage e PNAFM) a fim de buscar a modernização administrativa.

Nos órgãos públicos com melhor infra-estrutura, a busca por eficiência administrativa passou por várias fases. A primeira delas foi uma corrida para construção dos parques tecnológicos que envolveram principalmente a aquisição de *hardware* e capacitação técnica para equipe interna. A segunda foi a busca para desenvolver ou adquirir sistemas que permitissem a automatização dos processos internos. Após alguns anos dedicados à implantação dessas fases e alguns milhões

gastos nesses investimentos, os órgãos públicos continuam carentes de soluções que permitam aos seus gestores tomar decisões baseados em cenários táticos e estratégicos em vez de informações meramente operacionais. E é essa questão que se torna o grande desafio da gestão pública. Como torná-la mais eficiente?

Muitos erros foram cometidos na busca por melhoria da qualidade da gestão pública brasileira. Entre eles, as tentativas frustradas de adaptar soluções estrangeiras para a realidade brasileira, a conversão para o setor público de soluções voltadas para a iniciativa privada, a incansável tentativa de implementar sistemas corporativos “rígidos” (ERPs), bem como a expectativa no desenvolvimento de sistemas que solucionariam os problemas dos gestores públicos, como se esses sistemas fossem ferramentas inteligentes, capazes de fazer análises críticas baseadas em massas de dados históricos confiáveis.

Conforme preconizado em 2003 no plano de gestão pública do governo, significativas transformações na gestão pública serão necessárias para que se reduza o déficit institucional e seja ampliada a governança, alcançando-se mais eficiência, transparência, participação e um alto nível ético. Aumentar a governança é promover a capacidade do governo de formular e implementar políticas públicas e decidir, entre diversas opções, qual é a mais adequada. Para isso, é necessário o fortalecimento da inteligência estratégica governamental. Esse fortalecimento deve ser alcançado não apenas por meio de sistemas e ferramentas, mas a partir do mapeamento dos processos de trabalho dos organismos públicos. Deve-se aliar a maturidade adquirida com as experiências da base informacional instalada com a *expertise* de cada área. Devem-se utilizar as tecnologias modernas disponíveis com enfoque nos processos de trabalhos de cada macroprocesso de gestão pública.

Os objetivos de cada órgão público são suportados por processos voltados para a área fim de cada órgão e por processos internos (área meio). Os processos voltados para a área fim são distintos de acordo com a natureza de cada órgão público e bastante particulares. Os processos internos são mais comuns nos órgãos públicos, mas também encontram suas particularidades. Devem-se mapear esses processos, estudá-los, identificar as questões críticas, conhecer a massa de dados existentes sobre esses processos em sistemas informatizados ou até mesmo não-informatizados, sanear e reestruturar essas informações e conhecimentos com o objetivo de realmente atender às necessidades dos gestores públicos. Esse tipo de trabalho só pode ser feito por quem tem experiência no processo em questão - pelo especialista nesse negócio; por



Renato de Sá Salles Oliveira

Gerente executivo da Linkdata Informática e Serviços Ltda.

quem pode discutir sobre a melhoria de determinada forma de trabalho e sugerir inovações e melhoria na eficiência da gestão pública.

Foi previsto no plano de gestão pública do governo o aprimoramento de sistemas de informações que contribuam para a melhoria da qualidade dos serviços e da agilidade decisória. A eficiência é fazer mais e melhor com os recursos disponíveis, que são escassos em função da restrição fiscal e do desperdício no âmbito do Estado.

Eficiência é um princípio claramente republicano, que tem por finalidade o aproveitamento dos recursos dos cidadãos em seu próprio benefício. A perspectiva da eficiência deve estar balizada em informações confiáveis sobre os custos que permitem uma avaliação correta sobre os gastos. Isso evita o simples corte linear de despesas que leva, usualmente, ao aumento do custo relativo e à ineficácia.

O *know-how* no negócio aliado às tecnologias modernas pode propiciar a melhoria da eficiência na gestão pública seja qual for o processo administrativo em questão.

Acredita-se que o debate desse tema pode beneficiar os gestores públicos, auxiliando-os na criação de uma estrutura mais eficiente de gestão. Os servidores que realizam as tarefas operacionais contarão com a gestão das informações como subsídio para otimizar suas rotinas de acordo com a legislação vigente e com os órgãos fiscalizadores. Os gerentes das áreas administrativas poderão obter resultados gerenciais que os auxiliarão em suas tomadas de decisões. O debate contribuirá, dessa forma, com as ações de planejamento dos órgãos públicos, gerando mais eficiência.

Secretaria de Administração de Pernambuco adota medidas visando a racionar os gastos públicos

Ascom/Sad



Paulo Câmara
Secretário de Administração
do Estado de Pernambuco

No início da gestão Eduardo Campos, o Governo do Estado de Pernambuco anunciou um pacote de medidas visando à redução dos gastos públicos, regulamentado pelo Decreto 30.183, de 16 de janeiro. São 12 ações prioritárias que, juntas, devem resultar em uma economia de mais de R\$ 166 milhões ao longo de 12 meses. O montante representa um contingenciamento de 20% do custeio da máquina pública.

Sete dessas medidas estão sob a responsabilidade do secretário de Administração, Paulo Câmara: Padronização da Contratação de Serviços Terceirizados, Ampliação e Desburocratização do Sistema de Registro de

Preços, Mudança nos Critérios de Contratação da Aquisição de Combustível, Eficientização do Consumo de Energia, Telefonia Móvel, Implantação da Rede PE-Multidigital e, por fim, a Implantação e Regulamentação de Política Estadual de Informática. Todas essas ações já estão em pleno andamento e já começam a trazer resultados significativos para a administração estadual.

Padronização da Contratação de Serviços Terceirizados - O governo estadual instituiu a padronização na contratação de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial, vigilância, limpeza hospitalar e portaria. Com a publicação, todas as unidades da

administração pública deve m contratar respeitando o padrão contido nos estudos técnicos realizados pela Secretaria de Administração (SAD).

“O grande diferencial agora é o pagamento por metro quadrado para o serviço de limpeza, respeitando as devidas proporções de áreas distintas e a complexidade do local”, explica o secretário Paulo Câmara. Em relação aos serviços de vigilância e portaria, a padronização agora é com base na utilização do referido “posto de trabalho”.

A medida foi adotada para otimizar a aplicação dos recursos com os serviços dessa natureza e, com a iniciativa, o estado tem como meta uma economia de 20%, o que corresponde a cerca de R\$ 40 milhões ao longo de 12 meses.

Desde então a SAD vem renegociando os contratos vigentes com significativa redução dos valores, bem como realizando novas licitações obedecendo aos padrões estabelecidos.

Ampliação e desburocratização do Sistema de Registro de Preços -

A gestão regulamentou a utilização da Ata de Registro de Preços para aquisição de bens e serviços comuns. A medida pretende alcançar uma economia próxima dos R\$ 8 milhões ao longo de 12 meses, ou seja, uma redução de 20%.

Segundo Câmara, a utilização da Ata de Registro de Preços facilita a gestão e permite ao estado exercer um excelente comparativo dos valores praticados pelo mercado. “A sistemática de registro de preços tem como principais vantagens a celeridade na contratação, redução substancial de estoques e do número de novos certames licitatórios, mantendo-se a transparência do processo”, diz o secretário.

Com a medida, o governo já conseguiu excelentes resultados com os registros de preços realizados para a locação de veículos, aquisição de software e locação de computadores. Os novos contratos chegam a ser até 40% mais baratos que os anteriores.

Mudança nos critérios de contratação da aquisição de combustível

- Até o final do ano, a Secretaria de Administração deve iniciar o processo licitatório para contratação do novo fornecedor de combustível para o estado. O contrato seguirá o novo modelo de contratação e de gestão estabelecido pela SAD: combustível com desconto sobre os preços máximos de mercado estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), taxa de administração inferior ao estipulado no contrato em vigor, consumo por cota para cada secretaria e órgão e gerenciamento coordenado pela SAD.

Com as medidas, a SAD esperar economizar 20% dos custos do estado com combustível.

Eficientização do consumo de energia

- A Secretaria de Administração assinou um convênio de cooperação técnica com a Companhia Energética de Pernambuco (Celp), com a intenção de integrar esforços para o desenvolvimento de ações visando a racionar e a reduzir o consumo de energia elétrica das secretarias e órgãos do estado.

O convênio faz parte do Programa de Eficientização de Energia lançado pela SAD em busca da redução dos gastos públicos. O programa tem uma meta de economia, em 12 meses, de 10%, o que representa aproximadamente R\$ 5,1 milhões. “Para atingir esse objetivo estamos adotando uma série de medidas, como a identifi-

cação dos 500 prédios públicos que mais consomem energia e a revisão dos respectivos contratos. A assinatura do convênio é mais um passo que damos visando a reduzir os custos do estado”, explica o secretário de Administração, Paulo Câmara.

O presidente da Companhia Energética de Pernambuco, José Humberto Castro e o secretário de Administração, Paulo Câmara durante a assinatura do convênio de cooperação técnica visando à redução do consumo de energia



Foto: SAD/PE



Espaços Cidadania localizados nos municípios de Glória de Goitá e Toritama. A Rede PE-Multidigital também possibilita a democratização do acesso à internet no interior do estado

Com o convênio, o governo espera trabalhar na eficientização do consumo de energia dos dez maiores hospitais da rede estadual, substituindo equipamentos antigos por aparelhos mais eficientes. Para isso, a Celpe elaborou um Diagnóstico de Eficientização das Instalações dos hospitais, identificando que medidas devem ser tomadas e quanto de economia elas vão proporcionar.

A parceria com a Celpe também deve resultar na implantação de um Sistema de Gestão para a SAD, que disponibilizará informações e o monitoramento dos gastos com energia, permitindo ao governo acompanhar, via *web*, o consumo energético de cada secretaria e órgão.

Telefonia móvel - A secretaria está revendo o contrato corporativo de telefonia móvel do Governo de Pernambuco. A expectativa é de que até dezembro seja assinado um novo contrato, desta vez levando em consideração três aspectos: economia, integração e gestão. A estimativa inicial é de que a ação garanta uma redução de cerca de 30% dos custos do governo com telefonia móvel.

Para isso, a SAD realizou um estudo com o objetivo de identificar a demanda do estado. Com base nesse levantamento, o governo pretende contratar um plano que se adapte ao consumo. Dessa forma, espera-se conseguir tarifa zero para comunicação intragoverno, taxas diferenciadas para serviços corporativos de voz e transmissão de dados.

Implantação da Rede PE-Multidigital - O governo do estado está implantando a segunda fase da rede que engloba transformar os *links* da Região Metropolitana do Recife (RMR) em *links* VoIP (voz sobre IP) e a expansão de *backbone* VoIP para o interior do estado. A expectativa é de que neste ano 6 mil linhas telefônicas fixas passem a utilizar a tecnologia VoIP, o que resultará em uma redução de cerca de 18% no tráfego de voz intragoverno.

A Rede PE-Multidigital vai interligar todo o estado com tráfego de voz, dados e imagem. Com a implantação dessa infovia (estrada digital), os 185 municípios

do estado, incluindo o distrito de Fernando de Noronha, e as capitais São Paulo e Brasília estarão interligados. A solução é a primeira adotada no país pelo setor público estadual e tem sido referência para outros estados.

Além de diminuir os gastos públicos, o projeto da PE-Multidigital possibilitou outras conquistas. Foram instalados oito Espaços Cidadania com computadores e impressoras, servindo para democratizar o acesso à internet da população do interior do estado. Ao longo da gestão, outros 42 espaços serão inaugurados. Doze salas de videoconferência também já foram instaladas permitindo a realização de reuniões, encontros e capacitações entre os órgãos estaduais, diminuindo os custos com deslocamento de funcionários para essa finalidade.

Implantação e regulamentação de política estadual de informática - Por meio de decreto, o governo do estado determinou aos órgãos e entidades que devem submeter à Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI) os processos de compra ou locação de bens e serviços de informática no âmbito da administração pública estadual.

Com a centralização na ATI será possível verificar a compatibilidade dos sistemas, programas e equipamentos propostos com os sistemas estaduais de processamentos de dados e prover para a padronização de recursos e sistemas de informática em todo o estado. “O decreto deve assegurar que os sistemas desenvolvidos ou adquiridos tenham integração com o Sistema de Gestão do Governo (GRP)”, explica o secretário Paulo Câmara.

A medida ainda possibilita comparar os preços e valores estimados na solicitação com os praticados pelo mercado a fim de otimizar a aplicação dos recursos do estado destinados à Tecnologia da Informação (TI). Além disso, para assegurar a economicidade, o decreto prevê ainda que todos os processos licitatórios - incluindo dispensa de licitação - de aquisição, locação de equipamentos ou prestação de serviços especializados de informática deverão passar por avaliação técnica da ATI.



Psicologia muda vida de servidores

Implantado em 2005, o Serviço de Psicologia é inédito no estado e tem uma boa aceitação dos servidores

Ascom/Sead

Criado e coordenado pela Secretaria de Administração do Estado do Piauí desde 2005, o Serviço de Psicologia é pioneiro no serviço público. Um pionirismo que vem causando mudanças no comportamento e na vida dos servidores. Graças à realização de atividades que elevam e valorizam a auto-estima. Atua também nos momentos difíceis, por meio do programa tanatológico, único no Brasil que faz acompanhamento em casos de morte, luto, perdas e separação. O serviço trabalha o servidor como um todo, cuidando do corpo e da mente objetivando proporcionar uma qualidade de vida melhor no trabalho e em casa.

Atualmente está implantado em 12 órgãos, mas, após ser regulamentado, será estendido a todos da administração direta e indireta. A regulamentação do serviço ainda será feita pela secretaria de Administração, Regina Sousa, até o final deste ano, mediante portaria ou decreto do governador Wellington Dias, o que será resolvido pela Procuradoria-Geral do



Maria Regina Sousa
Secretária de Administração
do Estado do Piauí

Estado. “É um serviço que se mostrou eficiente, pois diminuíram os conflitos, trabalhou a questão pessoal, pois eles não tinham coragem de falar, mas dentro do grupo conseguem falar.” A secretaria cita que, por isso, vale a pena transformar o serviço em política de governo; com a regulamentação, será implantado em todos os órgãos. “Em vez de uma equipe volante, terá uma equipe no próprio órgão.”

Mas enquanto não for regulamentado, o serviço é estendido a outros órgãos, como informa a diretora da Unidade de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração, Ivana Sales. Ela argumenta que a expansão do serviço, considerado pioneiro no serviço público brasileiro, será feita porque tem sido eficiente no atendimento aos servidores; seja no encaminhamento de pessoas com problemas com álcool ou drogas ou no ambiente de trabalho, a psicologia clínica e organizacional tem obtido resultados satisfatórios.

O serviço é coordenado pela psicóloga Patrícia Moreira e conta com 24 estagiários, que atuam, entre outros órgãos, na Secretaria de Administração, na Coordenadoria de Comunicação, Fundação Cultural, Empresa de Gestão de Recursos, Junta Comercial, Fundação Antares (Rádio e TV), Polícia Militar, Secretarias da Fazenda e Saúde. A psicóloga Patrícia Moreira revela que o serviço surgiu da necessidade que a ex-diretora de Gestão de Pessoas, Lucile Moura, sentiu de implantar no serviço público a psicologia organizacional pelos benefícios que traz, tanto no ambiente de trabalho como na vida pessoal de cada servidor.

E para oferecer esses benefícios foram implantados programas de qualidade de vida, campanhas contra álcool e drogas, oficinas de musicoterapia, orientações individuais e em grupo, treinamentos, desenvolvimento de setor e visitas domiciliares. São ações que ajudam o servidor a entender os problemas do dia-a-dia e a lidar com eles em casa e no trabalho, sensibilizando-o e conscientizando-o para o despertar da necessidade e importância da integração, principalmente no ambiente de trabalho. Esse maior envolvimento entre as equipes possibilita conhecer melhor as pessoas dos diferentes setores, surgindo daí novas amizades, a valorização dos colegas e a redução dos conflitos.

Esses resultados já são percebidos nos órgãos em que o Serviço de Psicologia atua. Na Coordenadoria de Comunicação, por exemplo, são visíveis as mudanças comportamentais, como cita a servidora Maria Rodrigues dos Santos, a Coração. Ela conta que as mudanças ocorreram principalmente nos

relacionamentos entre os colegas de trabalho que antes nem se cumprimentavam; agora já se conhecem e travam novas amizades. E isso melhorou após cada um conhecer e entender melhor o outro, aceitando suas qualidades e defeitos. “Aprendi a entender o outro”, desabafa. Outro ponto positivo, na opinião da servidora, é que as pessoas tiveram coragem de expressar os sentimentos e relatar os problemas, buscando ajuda para que questões pessoais não interfiram no trabalho e vice-versa. Para ela, a aceitação e o respeito mútuo diminuíram as desavenças, e, sem discordia, a harmonia reina, deixando o local de trabalho prazeroso, aconchegante e alegre.

Essa busca pela tranquilidade no local de trabalho vem aumentando a



Ivana Sales em reunião com a equipe de psicologia



Secretária Regina Sousa com a diretora de gestão e os psicólogos

procura pelo serviço em todos os órgãos em que ele atua. Patrícia Moreira diz que o maior investimento que a pessoa pode ter é na parte emocional. Atribui a grande procura pelo serviço ao fato de ele trabalhar a auto-estima, valorizando o ser humano integralmente. “Nosso objetivo maior é trabalhar a estima, a saúde mental e física das pessoas. Saúde como um todo, e é preciso expandir esse serviço para que as relações de trabalho se tornem mais fraternas, organizadas e o ambiente de trabalho seja o mais acolhedor possível.”

E foi justamente pensando

no bem-estar da equipe que a gerente de Benefícios e Cadastro da Secretaria de Administração, Maria de Lourdes Martins Rodrigues, procurou o Serviço de Psicologia para fazer acompanhamento ou resolver conflitos no setor. Após esse procedimento, os relacionamentos melhoraram, houve maior integração entre os servidores. A equipe mantém esse entrosamento por meio de pequenos gestos, como homenagear os aniversariantes do mês, uma forma de todos confraternizarem. “É um serviço excelente, foi uma boa idéia e sempre que precisamos na gerência nós solicitamos.”

A iniciativa de sempre pedir ajuda para resolver conflitos tem sido positiva. Quem garante é a auxiliar operacional da Secretaria de Administração, Lucineide Rodrigues Fonseca, lotada na Gerência de Benefícios e Cadastro. Ela tem um filho com problemas de saúde e precisa se ausentar do trabalho quatro vezes por mês, por isso tem horário de trabalho diferenciado. “O serviço ajuda a compreender a situação dos servidores. Sem o serviço seria mais difícil trabalhar”, relata Lucineide Rodrigues, acrescentando que os psicólogos deixaram o serviço público mais humano.

Patrícia Moreira destaca como um dos principais programas o tanatológico, único no Brasil, que consiste no acompanhamento em casos de morte, luto, perda e separação. “Acompanhamos o servidor com problemas de saúde e apoio no hospital, na morte, no velório, para saber a repercussão do evento em relação à saúde mental e ao ambiente de trabalho,” explica a psicóloga. E quem precisou desse acompanhamento sabe da importância de apoio nos momentos difíceis da vida. Maria de Fátima Rodrigues Silva, agente administrativo há 20 anos, foi uma das que precisou do programa tanatológico. Ao perder o filho, recebeu todo o acompanhamento da equipe de psicólogos, desde a doença, apoio no hospital até o velório, o que a ajudou a suportar a dor da perda de um ente querido. Ela também já precisou do serviço em outras situações e, por isso, o indica para os colegas de outros órgãos que ainda não dispõe desse apoio. “É um trabalho bem feito e deve continuar.”

O caráter comunitário, a espiritualidade e a musicoterapia são o diferencial do serviço implantado em 2005, segundo Patrícia Moreira. Ela cita que desenvolvendo a espiritualidade, ganha-se em solidariedade, excluindo a competição negativa que quebra as boas relações de trabalho. “Tenho um desejo profundo de que as pessoas se modifiquem dentro da sua educação, dos seus sentimentos e que as relações se tornem mais fraternas,” conclui a psicóloga.

Mais de 1,5 milhão de fu



todas as carreiras públicas e regimes jurídicos

Ergon - Gestão do Capital Humano

- Gestão integrada de RH e Folha
- Otimização do uso da força de trabalho
- Automação de processos e procedimentos
- Diminuição de custos
- Auditoria contínua da Folha de Pagamento



Melhor Solução de RH
para Setor Público

Funcionários gerenciados



um em cada três estados já utiliza o Ergon

Qualidade e garantia de sucesso na gestão pública

O Ergon é o único sistema de RH para governo que gera automaticamente a Folha de Pagamentos, incluindo os eventos retroativos e a contagem de tempo.

Foi concebido com a participação de gestores públicos e possui a legislação dos vários regimes de trabalho de forma parametrizada, o que permite sua utilização em órgãos da administração direta e indireta, de âmbito federal, estadual e municipal.

É líder absoluto em Recursos Humanos e Folha de Pagamento para a Administração Pública, estando presente nos principais Estados, Municípios e Órgãos públicos.



Rio Grande do Norte lança livro sobre gestão de recursos humanos

Ascom/Searh

A Secretaria Estadual de Administração e Recursos Humanos do Rio Grande do Norte está publicando, em forma de livro, um trabalho do renomado consultor espanhol Francisco Longo. A obra *Metodologia para Avaliação da Gestão dos Recursos Humanos no Setor Público* é a tradução do inglês para o português de um estudo solicitado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao professor, sobre as estruturas e a gestão de recursos humanos no setor público.

A adaptação do relatório de Francisco Longo rendeu uma edição especial com mais de 100 páginas. Apesar de traçar uma metodologia,





xxxxxx xxxx xxxx

não tem a intenção de se tornar um manual, mas apresentar uma estrutura analítica que possa servir como uma referência comum para avaliar os sistemas nacionais de serviço público.

De forma clara, o professor Francisco Longo define um modelo referencial para orientação das análises. As indagações sobre que tipo de Estado necessitamos? que Estado queremos? como devemos organizar os serviços públicos? o que é essencial para que os servidores públicos desenvolvam a capacidade do Estado? ficam mais simples quando se entende o processo de Gerenciamento Estratégico de Recursos Humanos.

Na apresentação do exemplar, a governadora Wilma de Faria valoriza a contribuição do professor Francisco Longo dizendo: "A qualidade do trabalho ora publicado vai robustecer os primeiros passos já dados na direção das mudanças necessárias". Já para o secretário estadual de Administração e Recursos Humanos, Paulo César Medeiros, um dos grandes incentivadores da edição desse estudo, "publicar um estudo de Longo, esse profundo conhecedor do tema recursos humanos no setor público, é uma prova do empenho do Governo do Rio Grande do Norte com o assunto", enfatizou.



xxxxxx xxxx xxxx

Gestão documental do Arquivo Público gaúcho é destaque nacional

Ascom/Sarh

Em 8 de março de 1906, o Decreto 876, do então presidente do estado do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, determinava a criação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers). Com pouco mais de 100 anos de existência, o espaço representa hoje motivo de orgulho para a sociedade gaúcha. É nos corredores do suntuoso conjunto arquitetônico em estilo neoclássico, projetado pelo arquiteto francês Maurício Grãs, que estão abrigados cerca de 18 milhões de documentos pertinentes aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Considerado o único arquivo da América Latina que contempla todas as características para a preservação documental, o Apers reúne em seu acervo, a partir do ano de 1763, documentos como cartas de alforria, revelando o importante papel histórico desempenhado pela Casa. “O arquivo recebe pesquisadores de todo o país que buscam neste acervo importantes acontecimentos históricos, como no caso dos processos-crimes e das cartas de alforria concedidas a escravos, ou ainda documentação pertinente às comarcas de registro civil, certidões de casamento, que são necessárias para encaminhar pedidos de dupla cidadania”, explicou a diretora do arquivo, Rosani Feron.

Vinculado à Secretaria da Administração e dos



Recursos Humanos (SARH), o arquivo tem por competência desenvolver a gestão documental do estado. Para atender de forma eficaz essa função, foi implantado o Sistema de Arquivo do Rio Grande do Sul (Siarq-RS) com o objetivo de assegurar a proteção da documentação arquivística do Poder Público estadual como elemento de apoio à administração. E por seu valor histórico e cultural, harmonizar as atividades nas diversas fases de administração de documentos de arquivo - corrente, intermediário e permanente.

O Arquivo Público, como coordenador do sistema, vem difundindo junto às unidades da administração

direta a importância e a necessidade de implementação dessa política.

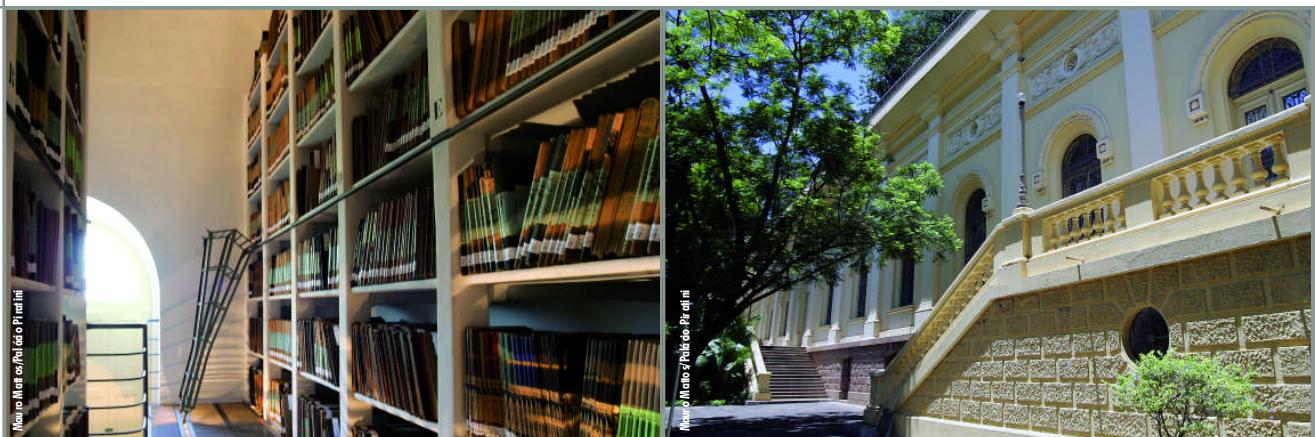
Ao estender esta política para os arquivos municipais, o Apers recebeu uma moção do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) na 36ª sessão plenária, em dezembro de 2004, considerando a importância da promoção de uma política sistemática de apoio aos municípios, o caráter pioneiro da experiência do RS, a integração de esforços institucionais de diferentes esferas públicas e de entidades da sociedade civil e profissional.

“Temos no arquivo o local onde guardamos nossas memórias, onde mantemos viva a história de todos os gaúchos e das administrações que por aqui passaram. O arquivo representa o futuro de nossos filhos e

‘nascimento’, momento em que já terá definido seu tempo de vida, e sua destinação, despertando possibilidades de normatização de seu formato e denominação. Assim, os documentos que registrarão a trajetória desse período administrativo em diante já nascerão organizados, circunstância que facilitará o acesso em seu uso diário, e o trabalho dos futuros arquivistas”, explicou Rosani Feron.

Papel sociocultural

Desde a fundação, o Apers conquistou espaço dentro do cenário cultural do Rio Grande do Sul. Fruto de longos anos de atuação como fomentador da sociedade, o arquivo é reconhecido nacionalmente pela exce-



netos povoado pelos personagens e acontecimentos do passado. De um passado que estamos construindo hoje, em tempo presente”, afirma Maria Leonor.

Estrutura do Siarq

Coordenado pela Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos e administrado pelo Arquivo Público, o Sistema de Arquivo do Rio Grande do Sul tem como órgãos setoriais as secretarias de estado e a Procuradoria-Geral do estado, como órgão de apoio. A função desenvolvida visa à administração da produção, tramitação, organização, uso e avaliação de documentos, racionalização e eficiência de arquivos.

A diferença técnica fundamental desse projeto para as tentativas de gestão documental anteriores está no foco do objeto em tratamento. “O sistema está incidindo na documentação atualmente produzida. Essa proposta visa a tratar o documento desde o seu

lêncio dos trabalhos desenvolvidos acerca da preservação e disseminação da história e da cultura, tornando o espaço em local de debate e de extensão da comunidade acadêmica que há cinco anos desenvolve a Mostra de Pesquisa - Produzindo História a partir de Fones Primárias, que reúne acadêmicos e pesquisadores num extenso trabalho de resgate histórico. Em sua quinta edição, a mostra é coroada com a publicação de obras que contemplam os trabalhos desenvolvidos.

Os espaços do arquivo servem também de palco para a difusão da cultura, com exposições, atividades públicas e demonstrações artísticas. “A essência das atividades desenvolvidas permitem que o arquivo desempenhe um papel cultural na sociedade, trazendo-a para dentro dos espaços, inserindo-a na história. E é por esta via de duas mãos que o arquivo vai até a comunidade, numa simbiose permanente de inserção social”, argumenta Maria Leonor.

Eficiência do gasto público: a experiência recente do governo federal e seus impactos sobre a gestão patrimonial

O novo modelo de eficiência do gasto público: menos controle e mais resultados

CÉLIA CORRÊA

Secretária de Orçamento Federal

ALEXANDRA RESCHKE

Secretária do Patrimônio da União

Com a finalidade de oferecer uma resposta à sociedade e atender a seus anseios legítimos de melhor aplicação dos recursos públicos, o governo federal vem desenhando uma nova política destinada a melhorar a qualidade do gasto público e elevar a eficiência da gestão governamental. No âmbito orçamentário, por exemplo, foram realizadas experiências voltadas para a racionalização do gasto público por intermédio de fixação de limites de gasto. Essas abordagens baseadas na imposição de percentuais máximos de dispêndio mostraram-se ineficazes porque interferiam diretamente na liberdade de atuação dos gestores públicos, criando um controle financeiro adicional.

O modelo que vem sendo utilizado atualmente promove uma ruptura com esse viés baseado no controle. Em primeiro lugar, o papel do órgão central - nesse caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por intermédio da Secretaria de Orçamento Federal - foi revisado. Em vez de se preocupar em instituir limitadores de gasto, o órgão central assume a função de coordenador do programa de eficiência do gasto público, orientando os gestores a identificar áreas e setores com potencial de redução de despesa. Essa nova forma de condução preserva a liberdade dos gestores governamentais e desloca a ênfase para os resultados. A utilização de metodologias que



Célia Corrêa

Secretária de Orçamento Federal

Alexandra Reschke

Secretária do Patrimônio da União

permitem construir indicadores e aferir desempenho auxilia os órgãos e entidades participantes do programa a conecerem, de forma comparativa, a realidade de seus gastos e a implantarem medidas de redução.

Desafios para a gestão patrimonial no âmbito do programa de eficiência do gasto governamental: a construção de uma nova cultura

As dimensões do patrimônio da União revelam que a eficiência do gasto público pode ser consideravelmente beneficiada com uma gestão patrimonial racional, que forneça resultados econômicos sem prejudicar sua função socioambiental. Nesse sentido, a Secretaria do Patrimônio da União e a Secretaria de Orçamento e Gestão adotaram uma postura de atuação conjunta, vinculando, assim, a utilização do patrimônio público ao orçamento dos órgãos da administração federal, de forma a assegurar que os imóveis a eles destinados não permaneçam ociosos pela incapacidade de investir na sua utilização.

É importante destacar que a implementação de uma gestão racional do patrimônio da União esbarra no paradigma da apropriação do imóvel público sob a ótica da propriedade privada. A racionalização do uso dos imóveis da União implica sensibilizar os

gestores sobre a importância de otimizar o uso dos bens públicos, que estão sob sua responsabilidade. Significa construir uma nova cultura que substitua a antiga, na qual o imóvel é visto como “de propriedade” deste ou daquele ministério. Ora, trata-se de imóveis pertencentes à União e que podem ser compartilhados com mais de um órgão, por exemplo.

Nesse sentido, na proposta de uma nova estrutura para a SPU, está previsto no Órgão Central uma Coordenação de Administração Pública Federal, com rebatimento em todos os estados. A constituição de uma nova cultura passa por atender à demanda de diversos órgãos públicos por espaços, oferecendo apoio na racionalização do seu uso, contribuindo para a constituição de condomínios, onde todos ganhem com a diminuição dos custos, e, quiçá, sigamos juntos na constituição de atendimentos integrados ao público.

Um dos instrumentos que a SPU possui é o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Todas as unidades gestoras, bem como as autarquias, as fundações e as empresas públicas, têm os imóveis sob sua administração incluídos no SPIUnet, constituído com a finalidade de facilitar a destinação e o controle dos bens imóveis da União. Assim, é possível saber com

quem está o imóvel, para que está sendo utilizado, além de permitir a efetiva gestão dos imóveis ocupados e vagos.

Ainda em implementação, o Pátria não é só uma melhoria no sistema de informática já existente. É uma base de concepção inovadora de gestão e de relacionamento com o cidadão. O programa está sendo desenvolvido para enfrentar alguns desafios: os sistemas de informática hoje utilizados no serviço público são pouco transparentes, não oferecem recursos de governança eletrônica e não garantem integração entre eles. Com a implementação do Pátria, setores amplos da sociedade terão acesso às informações de gestão do patrimônio da União por meio da *web*, pois o novo sistema Pátria está alicerçado numa forte interação de serviços eletrônicos com o cidadão e outros órgãos do governo, de forma a dar agilidade à prestação de serviço público.

Para que esses princípios de otimização econômica se concretizem, é preciso que o aparato administrativo do Estado esteja apto a implantar essas inovações. A contratação de servidores, com remuneração compatível às responsabilidades inerentes ao cargo, favorece a profissionalização da atividade. Da mesma forma, a utilização das modernas ferramentas de tecnologia da informação e de gestão do conhecimento consagram-se como aliados importantes para criar um modelo burocrático mais gerencial, ágil, responsável e comprometido.

É evidente que a gestão patrimonial eficiente não implica a negligência dos fatores sociais e ambientais. A Secretaria do Patrimônio da União possui responsabilidade indiscutível de contribuir para a construção de um país mais justo e menos desigual ao realizar, por exemplo, ações voltadas para ordenamento urbano, regularização fundiária, assentamento de comunidades, programas sociais de habitação, etc. Da mesma forma, os órgãos públicos aos quais compete a gestão do patrimônio que estão sob sua responsabilidade possuem compromisso com a preservação ambiental, especialmente daqueles imóveis que se localizem em regiões de sensível valor ecológico, como as florestas nacionais. Podemos também citar o esforço que vem sendo feito para adequar todos esses bens aos parâmetros de construção estabelecidos pela Lei nº 10.048/00, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/04, garantindo a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Conclusões

Esse paradigma da eficiência introduz novos critérios de racionalidade na gestão dos recursos públicos. Em vez de focar na obtenção de maiores recursos da sociedade, que já se encontra saturada com os elevados níveis da carga tributária, busca-se otimizar a aplicação dos recursos, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do gasto público. No caso particular aqui analisado, sugeriu-se uma revisão da política patrimonial, conciliando critérios econômicos de otimização com o respeito às funções sociais e ambientais.

O êxito da implantação de uma nova racionalidade patrimonial no setor público contribuirá de forma importante para a elevação do valor produzido no âmbito governamental, pois o crescimento da arrecadação beneficia os resultados orçamentários e financeiros do governo, assim como a valorização do patrimônio promove a elevação do ativo detido pelo setor público. Além disso, a preocupação com a qualidade e a eficiência da gestão patrimonial responde ao legitimo apelo do cidadão brasileiro: aplicar com inteligência os recursos dele arrecadados, revertendo-os em bens e serviços de qualidade.



SANTA CATARINA

Corte nas despesas e modernização da gestão

Ascom/Sea

Reduzir de forma substancial o custeio da máquina administrativa, sem prejudicar sua eficácia, é palavra-de-ordem no Governo do Estado de Santa Catarina. A diretriz, anunciada em janeiro deste ano pelo governador Luiz Henrique da Silveira, ao assumir seu segundo mandato consecutivo, partiu da constatação de que, sem um corte nas despesas e a modernização da gestão pública, o estado corre o risco de ficar engessado por falta de recursos.

As despesas com custeio em Santa Catarina atingiram R\$ 1,6 bilhão em 2006 e a tendência histórica é de que tenham um aumento entre 10% e 15% ao ano. A missão de comandar o processo de reversão do quadro, de modo a ampliar a margem destinada a investimentos, foi entregue ao secretário da Administração, Antônio Marcos Gavazzoni, e veio acompanhada de uma meta: promover uma economia de R\$ 200 milhões ao longo de 2007.

O número não é aleatório. Foi calculado, dentro da margem do possível, pelo Comitê Gestor do Governo do Estado - órgão colegiado encarregado de acompanhar e controlar as contas públicas, integrado pelos secretários e por técnicos da Administração, Fazenda, Articulação Estadual e de outras pastas, e se reporta diretamente ao governador.

Enxugamento do quadro de terceirizados, revisão de contratos com fornecedores e várias outras medidas de gestão aplicadas às rubricas mais onerosas, adotadas nos primeiros meses do ano, demonstram a viabilidade da meta: em conjunto, resultaram numa economia de R\$ 97 milhões - praticamente 50% do total programado - só no primeiro semestre de 2007. “Este ano o custeio será negativo e certamente chegaremos aos R\$ 200 milhões”, prevê Gavazzoni, confiante na eficácia dos novos modelos de gestão aplicados ao serviço público.

Comac - Compete ao Comitê de Acompanhamento de Custos (Comac), da Secretaria da Administração, implantar e desenvolver projetos nessa direção e criar novos instrumentos de gestão para o governo do estado.



Consultores do Comitê de Acompanhamento de Custos (Comac)

Composto por consultores provenientes da iniciativa privada, o órgão, criado no início do ano e diretamente subordinado a Gavazzoni, está hoje debruçado sobre 12 projetos, em andamento ou implantação, destinados a aprimorar a gestão nas seguintes áreas: renovação do parque gráfico, gestão da frota, locação de bens imóveis e bens móveis, telefonia fixa e celular, correio, energia elétrica, água e esgoto, reciclagem de resíduos, serviços terceirizados e utilização de bolsistas, e aquisição de passagens aéreas e terrestres.

Os consultores do Comac geralmente tomam por base exemplos que deram certo na iniciativa privada e os transplantam, devidamente adaptados, para controlar os custos dos 85 órgãos do governo de Santa Catarina - 20 secretarias de estado setoriais (as centrais, sediadas em Florianópolis), 36 de desenvolvimento regional (espalhadas por todas as regiões do estado) e 29 autarquias e empresas.

Assim, com o controle unificado das despesas de todos os órgãos, o estado terá potencial maior para fechar bons negócios com os fornecedores do que se os contratos fossem fragmentados, observa o coordenador do Comac, Jéferson Spessatto. "O governo é o maior ente do mercado, mas os fornecedores não estavam acostumados a negociar com o estado como um todo e ditavam as regras. Agora, quem dita as regras é o governo", explica.

Segundo ele, a administração pública não conseguiu baixar o custeio antes porque faltavam bons modelos de aquisição. "O estado até agora comprou mal e pagou caro por isso", afirma. Ele dá como exemplo o caso das passagens aéreas: "O estado licita agências de viagens para fornecer as passagens. Vence a licitação quem oferecer maior desconto nos preços, mas na hora de vender as passagens ao governo, nem sempre são oferecidas as mais baratas, pois quanto maior for o valor da passagem, maior será o lucro da agência".

Frota - No momento, a redução de 20% nos gastos de manutenção da frota oficial (7.5 mil veículos) - que consome R\$ 30 milhões/ano - concentra as atenções do comitê. A economia prevista será alcançada mediante a adoção de um instrumento de controle da frota mais eficaz, proposto pelo Comac em conjunto com a Diretoria de Gestão Patrimonial da Secretaria da Administração.

Uma empresa do RS venceu licitação realizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina para implantar uma ferramenta de controle da frota mediante captura de dados *on line* e em tempo real, em substituição ao sistema atual, considerado obsoleto, que atinge apenas 30% dos veículos.

Segundo o diretor de Gestão Patrimonial, Pedro Abel, o novo sistema entrará em funcionamento em 15 de dezembro, controlando integralmente o consumo de combustível e lubrificante; posteriormente, de forma gradativa, vai gerenciar também substituição de peças, acessórios e serviços.

Outros programas - Simultaneamente, a Diretoria de Gestão Patrimonial está concluindo o sistema de gestão do patrimônio imobiliário, com geo-referenciamento, que permitirá controlar integralmente a situação dos cerca de 5 mil imóveis pertencentes ao governo ou por ele locados. É meta do governo a instalação, ao longo dos próximos três anos, de todos seus órgãos em imóveis próprios, tanto na capital quanto no interior, de modo a reduzir gradativamente os custos com aluguéis, hoje de R\$ 950 mil/mês.

Isso será feito, explica Pedro Abel, mediante a construção de centros administrativos nos 36 municípios-sedes de Secretarias de Desenvolvimento Regional e a ampliação do Centro Administrativo do Governo do Estado, em Florianópolis, que atualmente abriga os gabinetes do governador e do vice, algumas secretarias de estado e empresas. Os recursos para isso serão obtidos com a alienação de imóveis do governo desocupados, emprestados, subaproveitados e ociosos. Até o momento, cerca de 20 imóveis nessas condições já foram leiloados e outros 38 estão em vias de ser alienados.

Resultados - Paralelamente às ações técnicas desenvolvidas por seus consultores, o Comac lançou o programa Eficiência com Resultados, com o objetivo de estabelecer um canal constante de comunicação com os servidores de todos os órgãos do governo, por meio de newsletters e boletins informativos periódicos.

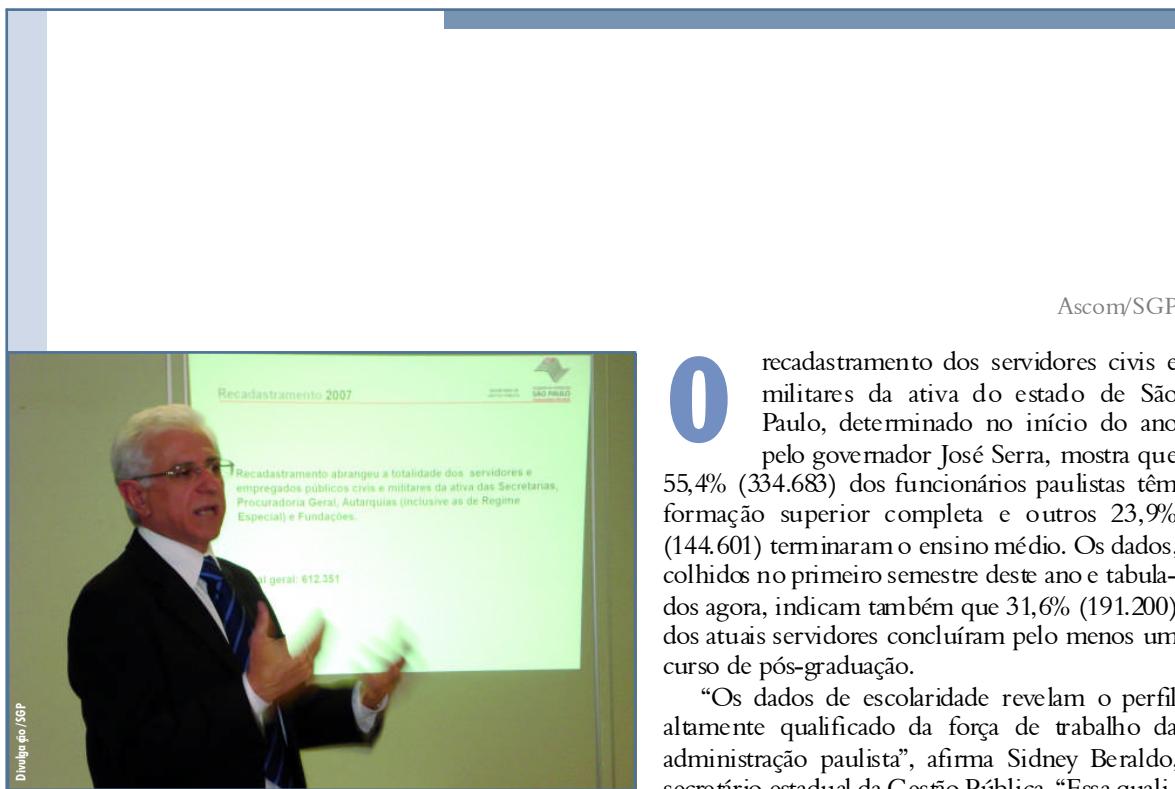
A ideia é manter o servidor sempre informado sobre o andamento e o resultado de cada projeto nos diferentes órgãos, para receber sugestões, críticas e comentários sobre as ações adotadas. "Visamos a estabelecer uma parceria efetiva com os servidores, para que possam participar e contribuir, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento dos projetos e, em última instância, o sucesso de uma missão que diz respeito a todos", observa Spessatto.



Diretoria de Gestão Patrimonial



Servidor paulista tem alta escolaridade, revela recadastramento



Divulgação / SGP

Sidney Beraldo
Secretário Estadual
da Gestão Pública

Ascom/SGP

O recadastramento dos servidores civis e militares da ativa do estado de São Paulo, determinado no início do ano pelo governador José Serra, mostra que 55,4% (334.683) dos funcionários paulistas têm formação superior completa e outros 23,9% (144.601) terminaram o ensino médio. Os dados, colhidos no primeiro semestre deste ano e tabulados agora, indicam também que 31,6% (191.200) dos atuais servidores concluíram pelo menos um curso de pós-graduação.

“Os dados de escolaridade revelam o perfil altamente qualificado da força de trabalho da administração paulista”, afirma Sidney Beraldo, secretário estadual da Gestão Pública. “Essa qualificação permite maiores níveis de produtividade e revela a complexidade e a variedade dos serviços desenvolvidos pelo estado, que requer pessoas cada vez mais qualificadas para prestar esses serviços”, acrescenta o secretário.

Outro aspecto importante do recadastramento 2007 é que 61,4% dos servidores estaduais estão alocados nas atividades fim, nas quais também se concentra a maioria dos

funcionários com ensino superior e médio completos. A radiografia indica também que 56,15% dos servidores são mulheres, 63,40% têm entre 31 e 50 anos e 2,49% são portadores de necessidades especiais. O governo do estado também conta com 77,8% funcionários que se declararam brancos, 13,67% pardos, 6,04% negros, 1,71% amarelos e 0,17% índio. Apenas 0,53% dos servidores não declarou sua raça/cor.

O recadastramento, realizado entre fevereiro e maio deste ano pela Secretaria de Gestão Pública em conjunto com a Secretaria da Fazenda, abrangeu todos os 612.351 servidores e empregados públicos civis e militares da ativa da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial (universidades) e fundações.

Medidas pós-recadastramento

O secretário Sidney Beraldo também anunciou medidas que serão implementadas na fase do pós-recadastramento, com o objetivo de planejar o perfil futuro da força de trabalho e das carreiras do estado, expandir as políticas de valorização e capacitação do servidor público e melhorar ainda mais a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos.

Além da criação de um banco de talentos do serviço público, os dados do recadastramento irão orientar a administração paulista na ampliação e disseminação das práticas de qualidade de vida no trabalho, nas ações contra o absenteísmo e na realização de futuros cursos públicos.

“Entender o perfil do funcionalismo possibilita planejar o futuro e definir quais são as atividades que o estado deve realizar prioritariamente, segundo os interesses da sociedade. O estado está assumindo novas funções, muitas delas indelegáveis, como as atividades de regulação, e para elas certamente necessita da criação de novos quadros, com novos perfis”, afirma o secretário. “Por outro lado, é possível hoje delegar, especialmente a implementação de serviços não exclusivos do estado, a entes externos a ele. Essa é certamente uma maneira de contrabalançar o aumento advindo de novas funções. Utilizar novos processos de



trabalho, especialmente utilizando a tecnologia da informação, também pode implicar uma racionalização de postos de trabalhos desnecessários, para uma melhor alocação da força de trabalho”, acrescenta o secretário.

Entre as oito medidas anunciadas pelo secretário Sidney Beraldo está a instituição do recadastramento anual dos servidores da ativa a partir de 2008 a ser feito pela internet ou por formulário próprio, obrigatoriamente na data de aniversário do servidor.

Outra medida será a adoção de programas para dar a oportunidade aos servidores concluírem o ensino fundamental. O recadastramento mostrou que 3,5% dos funcionários, a maioria deles entre 51 e 60 anos e alocados nas áreas meio, têm o ensino fundamental incompleto.

Veja abaixo todas as medidas pós-recadastramento:

1. Recadastramento Anual

Implementação do Recadastramento Anual dos servidores e empregados públicos civis e militares da ativa a partir de 2008, com objetivo de manter o cadastro atualizado e acessível de forma *on line*. Será incluído no questionário campo sobre imóvel próprio.

2. Cadastro Único

Institucionalização do Cadastro Único dos servidores, estabelecendo a padronização das informações de todas as unidades de Recursos Humanos do Estado

3. Planejamento da força de trabalho

Análise da força de trabalho dos servidores para

aprimorar a alocação e distribuição dos recursos humanos, visando a atender principalmente as demandas das atividades fins. Início de uma série histórica anual do recadastramento vai ajudar na análise do comportamento da nossa força de trabalho.

4. Cadastro de competências

Criação de cadastro de competências da administração pública para manter atualizado e disponível um registro de escolaridade dos servidores a fim de atender demandas dos órgãos do estado.

5. Formação dos servidores

Planejamento a longo, médio e curto prazo de cursos de formação, capacitação, atualização profissional, requalificação e gerencial para governar melhor e atender melhor a população.

6. Qualificação dos servidores com fundamental incompleto

Promoção de amplo programa, em parceria com as universidades e órgãos educacionais, para dar oportunidade a todo servidor concluir o ensino fundamental.

7. Qualidade de vida no trabalho

Expansão das políticas de qualidade de vida no trabalho para valorizar o servidor, combater o absenteísmo e evitar doenças relacionadas ao desempenho de sua função.

8. Conta-salário e aposentadoria

Viabilização de cadastro para a implantação futura da conta-salário. Dados vão dar suporte maior para estudo atuarial para fins de aposentadoria.

Estado de SP exigirá certificação para cargo de confiança

Com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado pelos profissionais que ocupam cargos de confiança no governo, o estado está criando um programa de certificação ocupacional. No programa, os servidores em cargos de direção e supervisão considerados estratégicos passarão por um processo de certificação.

“Isso vai tornar menos pessoais as relações dentro da área governamental e mais ligadas à competência e ao esforço dos próprios funcionários. É uma iniciativa muito importante, histórica para São Paulo”, disse o governador José Serra.

Segundo o governador, só poderá ocupar um desses cargos no governo estadual quem atingir uma qualificação mínima. Os primeiros funcionários a serem submetidos às provas são os ligados às Secretarias de Educação, Saúde e Planejamento. No momento, o governo está definindo os requisitos básicos para a ocupação dos cargos. Serão escolhidas universidades ou fundações de renome para fazer o processo de certificação.

“Cargo de confiança no Brasil, em geral, não tem nenhum tipo de controle. E alguns partidos usam isso para apadrinhamento, como esquema de natureza partidária. A nomeação para cargos de confiança deve ser precedida por uma espécie de certificação. Só poderá ser nomeado quem tiver esse certificado. Ainda haverá um tipo de escolha, mas com base no certificado”, disse Serra.

No início do ano que vem inicia-se o processo com a criação de um banco de profissionais e o desenvolvimento do método de certificação. Os primeiros profissionais serão certificados no final do primeiro semestre de 2008.

De acordo com o secretário de Gestão Pública, Sidney Beraldo, esse projeto tem como objetivo “a profissionalização da estrutura de governo e a busca da eficiência do estado e da qualidade dos gastos”.

Diferenças

É importante salientar a diferença de cargos na estrutura hierárquica do governo do estado. Confira:

- Cargos de supervisão e comando em níveis hierárquicos superiores como dirigentes regionais nas áreas de educação, saúde e planejamento são todos cargos de confiança. Para esses será obrigatório o teste, e a reprovação fará com que o funcionário não possa assumir o cargo. Esse grupo é de cerca de 500 servidores e será o primeiro a ser certificado. Aqueles servidores que já ocupam esses cargos e não obtiverem o certificado passarão por um processo de qualificação e serão submetidos a nova certificação.

- Cargos de supervisão e comando em níveis hierárquicos inferiores como diretores de escola são cargos de carreira e, portanto, não tem obrigação de fazer a certificação. De todo modo, eles serão incentivados a participar do processo, uma vez que o certificado vale como um selo de qualidade para o profissional. Esse grupo é de cerca de 20 mil servidores e será certificado em seguida.



Curso a distância para capacitar servidores - Rede do Saber

Governo de SP capacita servidores

O Governo do Estado de São Paulo, ao longo deste ano de 2007, realizou uma série de ações para capacitar os seus servidores públicos. Uma dessas ações envolveu a capacitação de mais de 1.500 pregoeiros eletrônicos. O curso de qualificação foi dado a distância para 52 pontos do estado por intermédio da Rede do Saber, ligada à Secretaria Estadual da Educação. Trata-se da maior rede pública de videoconferências com finalidade pedagógica da América Latina.

O curso foi aberto pelo secretário estadual de Gestão Pública, Sidney Beraldo. "Essa experiência de utilização da Rede do Saber para cursos de longa distância vai ser disseminada para capacitar e treinar cada vez mais os servidores com o intuito de atender melhor os cidadãos. Estamos usando a estrutura existente no estado para disseminar conhecimento usando uma tecnologia de ponta, que é a videoconferência", disse o secretário.

A obrigatoriedade da adoção da modalidade Pregão Eletrônico para toda a administração pública paulista foi determinada pelo Decreto 51.469, de 2 de janeiro de 2007. Anualmente, o estado de São Paulo adquire bens e serviços no valor aproximado de R\$ 7 bilhões. A adoção do pregão para a realização de compras públicas, como alternativa às licitações tradicionais, possibilitou a economia de mais de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos desde o ano de 2003.

Outro curso de capacitação envolveu uma parceria inédita entre a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), entidade vinculada à Secretaria de Estado de Gestão Pública. O curso de Especialização de Gestão Pública em Saúde foi destinado aos servidores públicos da pasta.

O objetivo é aprimorar as competências dos profissionais que atuam como gestores. A meta é treinar funcionários para postos-chave da Secretaria da Saúde, elevando a qualidade do gerenciamento em diversas áreas de atuação. "Sabemos que podemos melhorar muito o serviço público levando conhecimento, ferramentas e sistemas para evitar desperdícios e melhorar a qualidade dos serviços", ressalta o secretário Sidney Beraldo.

Aula inaugural

A abertura do curso de Especialização de Gestão Pública em Saúde foi realizada com uma aula do governador José Serra no último dia 23 de outubro, no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.

“O problema número 1 é a humanização do atendimento, mais do que as filas e a falta de médicos. Esse é um tremendo desafio que a gente tem pela frente”, disse o governador durante sua aula, que teve cinco tópicos ligados à gestão pública do setor

São Paulo usará ouvidoria como instrumento de gestão

São Paulo passará a utilizar as ouvidorias do estado como instrumento para aumentar a eficiência da administração pública e nortear as ações de gestão do governo estadual. Essa foi uma das decisões formalizadas no Palácio dos Bandeirantes, no encontro estadual dos ouvidores.

O governador José Serra fez a abertura do evento e afirmou que “o fortalecimento das ouvidorias como instrumento da gestão pública é uma prioridade do governo, não só por trazer um salto de qualidade nos serviços, mas também porque reitera o compromisso com os avanços da cidadania.”

Outro objetivo do encontro foi discutir a revisão do Sistema Informatizado da Rede de Ouvidorias, as funcionalidades do Portal do Cidadão e a adoção do sistema que permite o monitoramento periódico do padrão de qualidade dos serviços públicos. Com isso, a meta é subsidiar ações de revisão e melhoria de processos de prestação de serviços.

O secretário de Gestão Pública, Sidney Beraldo, agradeceu a participação dos cerca de 200 ouvidores presentes. “A presença maciça de vocês reflete o compromisso e o interesse de cada um com a melhoria permanente dos serviços à população.”

Durante a cerimônia, o governador assinou o Decreto 52.197, de 26 de setembro de 2007, transferindo a Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado S. Paulo da Secretaria da Justiça para a Secretaria da Gestão Pública. Para o secretário da Justiça, Luiz Antonio Marrey, “com o mapeamento daquilo que se recebe, ao longo do tempo teremos uma visão clara do que não funciona bem.”



Participants do 1º Encontro Estadual de Ouvidores, evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, em setembro deste ano



Governador José Serra e secretário de Gestão Pública, Sidney Beraldo, no 1º Encontro Estadual de Ouvidores

Duas novas carreiras fortalecem a gestão do estado de São Paulo

O governador José Serra enviou à Assembléia Legislativa projeto de lei complementar que prevê a criação de duas novas carreiras de estado: Especialista em Políticas Públicas, no âmbito da Secretaria de Gestão Pública, e de Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas, nas Secretarias da Fazenda e de Economia e Planejamento. As vagas dessas carreiras típicas de estado serão preenchidas mediante concurso público.

O objetivo dessa medida é prover ainda mais o estado com carreiras de servidores especializados e qualificados, com ampla visão da administração. Dessa forma, serão reforçadas as carreiras do núcleo estratégico do estado, ampliando a capacidade do governo nas áreas de Gestão, Planejamento e Finanças. O salário inicial dessas duas novas carreiras será de R\$ 3.800,00.

Com a criação da carreira de Especialista em Políticas Públicas, o estado terá à sua disposição um quadro estável de profissionais capacitados para formular, implementar, acompanhar, avaliar e fazer a integração das políticas públicas. "Nosso objetivo é fortalecer a capacidade de coordenação do governo no controle e na avaliação dos gastos e aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população, tornando as políticas públicas mais eficientes, eficazes e contínuas", afirma o secretário de Gestão Pública do estado de São Paulo, Sidney Beraldo.

Na Secretaria do Planejamento, os novos servidores vão ajudar no planejamento estratégico, na elaboração dos planos plurianuais e de diretrizes orçamentárias e fazer a avaliação dos gastos públicos. No âmbito da pasta da Fazenda, o objetivo é fortalecer o controle interno e a auditoria dos gastos públicos. Também caberá a esses servidores fazer a administração financeira contábil e patrimonial.

Para o recrutamento desses novos servidores, será realizado um concurso público, que prevê três etapas eliminatórias: realização de prova de conhecimentos específicos e gerais, apresentação de títulos e curso de formação inicial de até seis meses ministrado pelas escolas de governo. No período de realização do curso, o candidato receberá uma bolsa no valor de 75% da remuneração inicial e será nomeado após ser aprovado nessas três fases.

A fim de garantir a efetiva e contínua especialização do servidor concursado, a progressão na carreira dependerá da realização de cursos específicos de capacitação. Já para efeito de promoção, o servidor terá de se submeter a provas de conhecimentos específicos. Essas duas carreiras serão acompanhadas permanentemente por comissões especializadas, previstas no projeto.



Sidney Beraldo
Secretário Estadual
da Gestão Pública



Tocantins: gestão patrimonial descentralizada



Ascom/Secad

Secretaria Sandra Cristina Gondim: "O trabalho descentralizado oportuniza autonomia a os órgãos cadastrados no sistema, ao mesmo tempo em que cada um assume a responsabilidade com o bem público"

Ascom/Secad

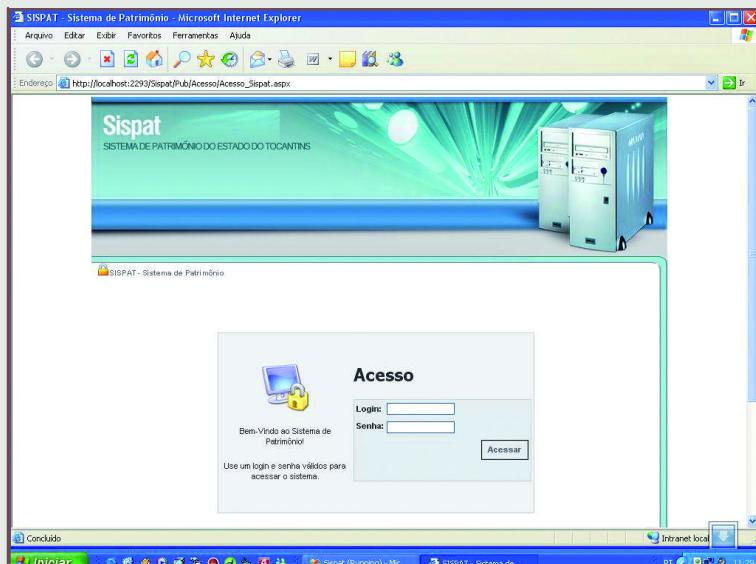
No Tocantins, a gestão patrimonial dos bens móveis é responsabilidade da Secretaria da Administração, por meio da Superintendência de Administração e Patrimônio (Supat), que se utiliza do Sistema de Controle Patrimonial (Sispat) para efetuar o gerenciamento eletrônico dos bens no âmbito do Poder Executivo estadual.

O Sispat tem como principal objetivo controlar e manter o cadastro dos bens de propriedade do estado e de terceiros,

estabelecendo critérios e responsabilidades pelo uso, movimentação, guarda, conservação e manutenção.

Cabe à Secretaria da Administração, como gestora central, o controle técnico e a fiscalização das atividades do sistema, as quais são executadas de forma descentralizada pelos demais órgãos do Poder Executivo estadual.

Para a secretária da Administração, Sandra Cristina Gondim de Araújo, o trabalho descentralizado é uma forma de



**Desenvolvido por técnico
da Secad, o Sispat será
mais flexível**

“oportunizar autonomia aos órgãos cadastrados no sistema, ao mesmo tempo em que cada um assume a responsabilidade com o bem público”.

A responsabilidade pela guarda, uso, conservação e manutenção dos bens patrimoniais é dos titulares dos órgãos do Executivo estadual, que a delegam aos titulares das respectivas unidades administrativas por meio de “Termo de Responsabilidade”. Em caso de afastamento ou troca do titular da unidade, ocorre a transferência da responsabilidade mediante a prestação de contas patrimonial junto ao gestor setorial ou regional de Patrimônio.

A responsabilidade pelo tombamento, controle físico e supervisão das atividades do sistema é do gestor setorial de Patrimônio de cada órgão, cujo raio de atuação envolve tanto as unidades administrativas dos respectivos órgãos quanto as unidades regionais a eles vinculadas.

Tombamento

O tombamento é obrigatório em todos os bens permanentes e, conforme as características físicas de tamanho, forma e estética, são classificados em bens móveis permanentes controlados e bens móveis permanentes relacionados.

Movimentação

O deslocamento físico dos bens pode ocorrer de um órgão para outro na forma de empréstimo, devolução ou transferência. A movimentação pode ser interna ou externa. A interna ocorre entre setores de um mesmo órgão e a movimentação externa entre órgãos diferentes ou entre estes e terceiros. Existe também a baixa e a saída para manutenção ou reparo.

As normas estabelecem que nenhum bem permanente poderá ser movimentado sem a devida identificação patrimonial e sem o conhecimento do gestor responsável, mesmo em caráter emergencial.

Fiscalização

A Secretaria da Administração é responsável pela fiscalização patrimonial no âmbito do Poder Executivo, verificando se as atividades desenvolvidas estão em conformidade com as normas específicas que regulam o patrimônio; a secretaria confirma a existência física e a localização dos bens constantes no “Termo de Responsabilidade”.

Os 43 órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo são cadastrados no Sispat, com 320.692 bens ativos patrimoniais identifi-

cados por placas em código de barras. A superintendente de Administração e Patrimônio, Cleuza Lima de Oliveira, informa que o controle patrimonial é um trabalho constante e que exige muita atenção. Daí a necessidade da descentralização da atividade por cada órgão do Executivo estadual.

O levantamento dos bens é realizado por cada órgão internamente e o repasse das informações para a Secad ocorre de forma digital, por intermédio do site www.secad.to.gov.br, no ícone “Patrimônio”. “O inventário físico é realizado por leitura óptica, fazendo com que a maioria das atividades do Sistema esteja disponível na internet”, explica Cleuza.

A superintendente antecipa que em 2008 as atividades serão expandidas. “A meta é atingir os 139 municípios do estado até março de 2008, disponibilizando a execução de todas as atividades por meio virtual, o que, além de ser uma ferramenta facilitadora, trará grande economia para o estado no que diz respeito à fiscalização e inventário patrimonial”, conclui.



Davi Domiciano, técnico responsável pelo desenvolvimento do Sispat

ponto, sem a necessidade de o computador estar conectado à rede do governo estadual. “Esse é um fator positivo, principalmente para as áreas de saúde, educação e segurança pública, que possuem regionais em todo o estado, pois os técnicos poderão emitir seus relatórios de onde estiverem”, enfatiza.

Investimento

Visando à modernização da gestão patrimonial, a Secretaria da Administração destinou parte do seu orçamento no Plano Plurianual 2008-2011 para essa modernização. Os recursos serão aplicados em tarefas como a reavaliação dos bens móveis, que retratará o real valor do acervo do estado, em campanhas de conscientização dos usuários dos bens públicos e na implantação de um disque-denúncia, o “Alô Patrimônio”, que receberá denúncias, dicas e sugestões por linha telefônica gratuita disponibilizadas para os cidadãos.

Avanço

Uma das novidades neste sentido diz respeito a mais um mecanismo oferecido pelo Sispat, que substituirá o aplicativo em desktop (funcionando atualmente por meio de instalação) por uma versão web, desenvolvida pelos técnicos da secretaria. A grande vantagem da nova ferramenta é a flexibilidade.

“Hoje, relatórios muito extensos não são gerados pelo atual aplicativo. Esse problema não acontece na versão web e o tempo gasto também será reduzido”, explica Davi Domiciano, técnico responsável pelo desenvolvimento da nova ferramenta. Além disso, explica ele, os relatórios poderão ser gerados de qualquer

A gestão pública em transformação

FRANCISCO GAETANI

Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

A consolidação da democracia no Brasil, com a alternância no poder das mais importantes forças políticas do país, abriu espaço para que o país começasse a discutir seus problemas mais estruturais, como a desigualdade social, a educação básica, a infra-estrutura necessária para viabilizar o crescimento e outros. O debate sobre as políticas de gestão públicas faz parte já deste novo Brasil, pós-redemocratização e estabilização macroeconômica.

As políticas de gestão pública - serviço público, estruturas organizacionais, planejamento e orçamento, auditoria e controle e compras governamentais - passaram a ocupar um espaço na agenda governamental porque a sociedade foi se conscientizando de que o sucesso das políticas públicas finalísticas, como educação, saúde, assistência social e infra-estrutura, depende de políticas sistêmicas que podem alavancá-las. Temas como eficiência no gasto, qualidade de serviços públicos, flexibilidade gerencial, transparência, contratualização de resultados, compras eletrônicas e profissionalização do serviço público tornaram-se assuntos do cotidiano da imprensa nacional, regional e local em função do interesse que despertam junto à população.

Não é surpreendente, portanto, que de forma

recorrente a discussão sobre a reforma do Estado ganhe espaço na agenda nacional. Nas últimas duas décadas, o debate sobre as políticas de gestão pública ganhou destaque em vários momentos e sob diferentes governos, mas com mais freqüência no governo federal que nas instâncias subnacionais. Experiências inovadoras em administrações municipais e estaduais não eram tantas assim, ao contrário do que se observa hoje.

Mas o Brasil mudou nos últimos anos. Governos estaduais e prefeituras estão promovendo todo tipo de iniciativas modernizadoras possíveis, em setores diferentes, em distintas regiões do país e com velocidades variadas. Experimentações sociais com resultados interessantes e promissores proliferam e não se restringem ao Poder Executivo. Os Legislativos e o Judiciário também começam a se sensibilizar para a importância do ideário das reformas de gestão.

A mais importante novidade no cenário recente não se encontra em nenhuma reforma em particular, mas sim na forma da comunidade de políticas de gestão pública se organizar. A dinâmica atuação do Consad, por exemplo, é exemplar do papel catalisador que uma entidade estruturada de baixo para cima, de forma horizontal e democrática, pode

**Francisco Gaetani**

Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

cumprir no apoio ao avanço da agenda das reformas de gestão pública, as chamadas reformas de segunda geração.

As políticas de gestão pública incidem sobre as reformas de segunda geração porque essas transformações precisam contar com um apoio que não se reduz a duas ou três pessoas - mesmo sendo elas o presidente da República, o ministro da Fazenda e o advogado-geral da União. As reformas de segunda geração em geral são conduzidas por um significativo conjunto de gerências intermediárias, profissionais que militam na fronteira dos problemas e na interface com a sociedade no sentido amplo, em áreas que são intensivas em gerenciamento de processos de mudança como previdência social, saúde e educação. São setores onde não se trata apenas de mudar legislações, mas que precisam de um "corpo a corpo" intenso na implementação.

Mas, graças à pressão dos problemas e aos avanços do país, o mercado de reformas está se desenvolvendo no Brasil. Entretanto, a fragilidade e a dispersão da comunidade de especialistas em temas afetos à administração pública continua sendo uma característica dessa área do governo. Felizmente estados e municípios estão se engajando em processos de transformação das suas administrações, independentemente de disporem de meios à disposição que os auxiliem nessa tarefa. Isso tem proporcionado

oportunidades de experimentação e de aprendizado prático muito valiosas.

Mais importante ainda tem sido o estabelecimento de comunidades de práticas, em especial, aquelas alavancadas institucionalmente, como no caso do Consad. O potencial de crescimento das comunidades de aprendizado é ainda pouco explorado e está começando a ser desenvolvido, potencializado pelas novas tecnologias associadas ao uso da internet.

Os avanços que têm sido observados nas administrações públicas estaduais devem muito a iniciativas como as do Consad, que tem proporcionado uma intensiva troca de experiências entre estados e um contínuo processo de *benchmarking* entre os estados que o integram. Ao mesmo tempo, o Consad tem sido um órgão no qual se exerce o pluralismo e o debate democrático entre dirigentes oriundos de forças políticas diferentes, mas que são capazes de pôr os desafios da modernização do Estado brasileiro em primeiro lugar.

Hoje, o desafio das reformas de gestão é de todos: União, estados, municípios, Executivo, Legislativo, Judiciário, órgãos de controle externo e interno, administração direta e indireta, terceiro setor e, como sempre, do setor privado também. Nem todos os problemas do país são de gestão, naturalmente, mas uma boa gestão pode ajudar o país nas mais diversas áreas.

É importante mencionar que a discussão sobre a gestão tem sua esfera própria, mas não substitui nem a política, nem boas políticas públicas. Cada uma tem seu lugar. São todas três inter-relacionadas, mas guardam suas distinções, especificidades e idiossincrasias.

Para concluir, cabe registrar que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Secretaria de Gestão, vê na atuação junto aos governos estaduais e ao Consad uma parceria estratégica - exemplificada, por exemplo, pelo Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage), financiado pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - que deve ser aprofundada no interesse de todos os envolvidos e do país.

EXPEDIENTE

Revista Governança e Desenvolvimento

Conselho Nacional de Secretários de Administração – Consad

Endereço: SRTVS - Qd. 701 - Lote 4 - Bl. O - Entrada A

Salas 128/130 - Brasília-DF

Fone: 61 - 3226 6569 / 8151 5150 - Site: www.consad.org.br

E-mail: consad@consad.org.br

Assessora de Comunicação: Luána Lima Costa

Secretaria-executiva: Iracy Gomes Nunes

PRESIDÊNCIA

Presidente: Geraldo de Vito Junior - Mato Grosso

1º Vice-Presidente: Ricardo de Oliveira - Espírito Santo

2º Vice-Presidente: Paulo Cesar de Oliveira Jr. - Rio Grande do Norte

JUNTA FISCAL

Maria Marta R. W. Lunardon - Paraná

Paulo Henrique Saraiva Câmara - Pernambuco

Ana Lucíola Vieira Franco - Roraima

SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO

Acre – Mâncio Lima Cordeiro

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa

Alagoas – Adriano Soares da Costa

Secretaria-Executiva de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio

Amapá – Wellington de Carvalho Campos

Secretaria de Estado de Administração

Amazonas – Redomark Nunes Castelo Branco

Secretaria de Administração e Gestão

Bahia – Manuel Vítorio da Silva Filho

Secretaria de Estado de Administração

Ceará – Silvana Maria Parente Neiva Santos

Secretaria de Estado de Administração

Distrito Federal – Ricardo Pinheiro Pena

Secretaria de Estado de Gestão Administrativa

Espírito Santo – Ricardo de Oliveira

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

1º Vice-Presidente do Consad

Goiás – Manoel Xavier Ferreira Filho

Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos

Maranhão – Maria Helena Nunes Castro

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

Mato Grosso – Geraldo Aparecido de Vito Junior

Secretaria de Estado de Administração

Presidente do Consad

Mato Grosso do Sul – Thie Hugo V. Santos

Secretaria de Estado de Gestão Pública

Minas Gerais – Renata Maria Paes de Vilhena

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Pará – Maria Aparecida Barros Cavalcante

Secretaria-Executiva de Estado de Administração



Pará – Gustavo Maurício F. Nogueira

Secretaria de Estado de Administração

Paraná – Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretaria de Estado de Administração e da Previdência

Pernambuco – Paulo Henrique Saraiva Câmara

Secretaria de Administração e Reforma do Estado

Piauí – Maria Regina Sousa

Secretaria de Estado de Administração

Rio de Janeiro – Sérgio Ruy B. Guerra Martins

Secretaria de Administração e Reestruturação

Rio Grande do Norte – Paulo César Medeiros de Oliveira Jr.

Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos

2º Vice-Presidente do Consad

Rio Grande do Sul – Maria Leonor Luz Carpes

Secretaria de Administração e Recursos Humanos

Roraima – Ana Lucíola Vieira Franco

Secretaria de Estado de Administração

Rondônia – Valdir Alves da Silva

Secretaria de Estado de Administração

Santa Catarina – Antônio Marcos Gavazzoni

Secretaria de Estado da Administração

São Paulo – Sidney Beraldo

Secretaria da Casa Civil do Estado de São Paulo

Sergipe – Jorge Alberto Teles Prado

Secretaria de Estado de Administração

Tocantins – Sandra Cristina Gondim de Araújo

Secretaria de Estado de Administração

REVISTA

Produção, edição e redação

Luána Lima - 61 8407.9850
jornalismo10@hotmail.com

Projeto gráfico e diagramação

Jorge Ribeiro
 contato@edatcomunicação.com.br

Matérias

Comunicação das Secretarias de Administração dos seus respeitivos estados

Impressão

Alpha Gráfica
Tiragem - 1.500 exemplares

imprensa@consad.org.br